

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ELABORAÇÃO E ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO
VALOR ADICIONADO A PARTIR DOS ASPECTOS
PREVISTOS NA LEI Nº. 11.638/07**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eduardo Vilanova Ribeiro

Santa Maria, RS, Brasil.

2009

**ELABORAÇÃO E ANÁLISE DA DEMOSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO A PARTIR DOS ASPECTOS PREVISTOS NA
LEI Nº. 11.638/07**

por

Eduardo Vilanova Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel **em Ciências Contábeis**.

Orientador: PROF^a.DR^a. Marivane Vestena Rossato

Santa Maria, RS, Brasil.

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento do Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Conclusão de Curso

**ELABORAÇÃO E ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO A PARTIR DOS ASPECTOS PREVISTOS NA LEI Nº.
11.638/07**

elaborada por
Eduardo Vilanova Ribeiro

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Marivane Vestena Rossato
(Presidente/Orientador)

Prof. Ms. Gilberto Brondani

Prof. Ms Robson Machado da Rosa

Santa Maria, 01 de julho de 2009.

À minha família, meu alicerce.

Você tem que amar as pessoas, como elas são
Você tem que sonhar, mas não sonhe com a ilusão
Pode ser que algum dia, alguém roube a alegria do seu coração
Pode ser que o cansaço lhe deixe aos pedaços e turve a visão
Mas depois de uma vida, o amor vale a pena
O amor faz da vida, uma vida tão plena
Depois de uma vida inteira, eu sei que você me daria razão
Que é preciso amar as pessoas como elas são
Eu só queria dizer o quanto eu amo você
A gente às vezes magoa, mas vê se perdoa, esquece
Pois é sem querer
Eu também sei que não sou, um bom exemplo de amor
Mas o que sinto é sincero
E tudo o que eu quero
É esse amor me domar, me vencer
(Plínio Oliveira)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, pela força e coragem de enfrentar os desafios postos em meu caminho.

Aos meus pais por estarem ao meu lado em todos os momentos me oferecendo uma palavra de incentivo.

Aos meus avós, principalmente, aos que já não se encontram mais entre nós, pelo apoio incondicional, mesmo sem ter o sonho o realizado de ver seu neto formado vocês sempre estarão no meu coração.

À minhas irmãs, pelo amor e carinho.

A Catiane e sua família, por muitas vezes não poder dar a atenção necessária, mas o amor é capaz de superar tudo.

A Professora Marivane, pelas horas dedicadas e carinho a mim prestado, como forma de incentivo.

Por fim,

...a todos aqueles que me deram uma palavra de incentivo e afeto, que acreditaram em mim e nunca me deixaram caminhar sozinho, fazendo com esse sonho virasse realidade.

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento do Curso de Ciências Contábeis

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO A PARTIR DOS ASPECTOS PREVISTOS NA LEI N.º. 11.638/07

Autor: Eduardo Vilanova Ribeiro
Orientadora: Marivane Vestena Rossato
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 01 de julho de 2009.

A contabilidade, como veículo de informação, tem como desafio elaborar relatórios que contemplem as relações da empresa com a sociedade, o que os relatórios tradicionais não conseguem evidenciar com clareza. A demonstração do Valor Adicionado faz parte dos relatórios desenvolvidos pela contabilidade, a fim, de assistir melhor as necessidades emergentes, visando, principalmente, evidenciar o papel social das empresas, apresentando claramente a riqueza gerada e os benefícios sócio-econômicos gerados, para que sociedade conheça a função positiva na geração de valor para a comunidade. O referido trabalho tem como objetivo a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, além da avaliação da utilidade das suas informações em comparação com a Demonstração do Resultado do Exercício e a análise da geração e distribuição da riqueza nos exercícios de 2007 e 2008 para uma empresa denominada XYZ Representação Comercial Ltda. A pesquisa possui caráter exploratório e utilizou-se das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para atender aos objetivos propostos. Foi justificada pelo fato de que a contabilidade não pode mais atender somente a parte financeira da empresa e sim acompanhar o cunho social de sua informação e os benefícios que a entidade gera para onde está instalada. A referida empresa em 2007 gerou de riqueza R\$ 2.884.204,96 e em 2008 R\$ 3.427.168,94, com um crescimento de 18,23% no seu Valor Adicionado a distribuir.

Palavras – chave: Demonstração do Valor Adicionado; Lei n.º.11.638/07; Demonstração do Resultado do Exercício.

ABSTRACT

Work of Conclusion Course
Federal University of Santa Maria
Socials and Humanities Sciences Center
Department of the course of Accounting Sciences

ELABORATION AND ANALYSES OF THE DEMONSTRATION OF THE ADDED VALUE FROM ASPECTS POINTED ON THE LAW NUMBER 11.638/07

Author: Eduardo Vilanova Ribeiro
Adviser: Marivane Vestena Rossato
Defense Place and Date: Santa Maria, July, 1st, 2009.

The accounting, as an information way, has like challenge to elaborate reports that contemplate the relations between company and society, what the traditional reports can not show clearly. The demonstration of the added value is part of the reports developed by the accounting, in order to attend better the emergent needs, aims, mainly, to show the social function of the companies, showing clearly the richness and the socio-economic benefits generated, to society knows the positive function on the value generation to the community. This monograph has like objective the elaboration of the Demonstration of the Added Value, beyond the assessment of the usefulness of its information comparing to the Demonstration of the Annual Result and the analyses of the generation and distribution of the richness in the years of 2007 and 2008 to a company named XYZ Commercial Representation Limited. The research has an exploratory character and it used the bibliographic and documentary research techniques to attend the proposed goals. It has been justified by the fact that the accounting can not attend just the financial part of the company, but to follow the social function of its information and the benefits that the entity generates to where is installed. This company in 2007 generated of richness R\$ 2.884.204, 96 and in 2008 R\$ 3.427.168, 94, with a growing of 18, 23% in its Added Value to distribute.

Keywords: Demonstration of the Added Value; Law number 11638/07; Demonstration of the annual result.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Necessidades específicas de distintos grupos de usuários..... | 27 |
| Quadro 2 – Modelo de DVA para empresas em geral..... | 32 |
| Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício..... | 53 |
| Quadro 4 – Demonstração do Valor Adicionado | 54 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Distribuição do Valor Adicionado em 2007 e 2008..... | 59 |
| Figura 2 – Distribuição dos Impostos, Taxas e Contribuições nos exercícios de 2007 e 2008..... | 61 |
| Figura 3 – Evolução dos benefícios concedidos os trabalhadores..... | 62 |
| Figura 4 – Distribuição do Capital de Terceiros..... | 63 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 Apresentação do estudo | 13 |
| 1.2 Estrutura do estudo | 20 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 21 |
| 2.1 Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 | 21 |
| 2.2 Demonstração do Valor Adicionado: objetivos, vantagens e sua inserção no âmbito social | 26 |
| 2.2.1 Valor Adicionado | 29 |
| 2.2.1.1 Diferenciação entre valor adicionado contábil e econômico..... | 30 |
| 2.2.2 Modelo de DVA | 31 |
| 2.2.3 Elaboração da DVA..... | 33 |
| 2.2.3.1 Formação da riqueza..... | 33 |
| 2.2.3.1.1 Receita Bruta e outras receitas..... | 34 |
| 2.2.3.1.2 Insumos adquiridos de terceiros | 34 |
| 2.2.3.1.3 Valores recebidos em transferência de terceiros | 35 |
| 2.2.3.1.4 Depreciação, amortização e exaustão..... | 36 |
| 2.2.3.2 Distribuição da riqueza..... | 36 |
| 2.2.3.2.1 Pessoal e Encargos. | 37 |
| 2.2.3.2.2 Juros e Aluguéis. | 37 |
| 2.2.3.2.3 Impostos, Taxas e Contribuições..... | 38 |
| 2.2.3.2.4 Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. | 38 |
| 2.2.3.2.5 Lucros Retidos ou Prejuízos do Exercício..... | 39 |
| 2.2.4 Diferenciando DVA E DRE | 39 |
| 2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado no processo de tomada de decisões | 41 |
| 2.2.5.1 Quociente entre Valor Adicionado e o Faturamento..... | 43 |
| 2.2.5.2 Quociente entre Valor Adicionado e Ativo total..... | 44 |
| 2.2.5.3 Quociente entre Valor Adicionado do ano corrente com o anterior..... | 44 |
| 2.2.5.4 Relação entre gastos com pessoal e Valor Adicionado | 45 |
| 2.2.5.5 Proporção de gastos com impostos e Valor Adicionado | 45 |
| 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES | 47 |

| | |
|--|-----------|
| 3.1 Considerações iniciais | 47 |
| 3.2 Apresentação da empresa | 49 |
| 3.3 Elaboração da Demonstração do Valor Adicionado | 50 |
| 3.4 Análise gerencial das informações constantes na Demonstração do Valor Adicionado..... | 57 |
| 4 CONCLUSÃO..... | 64 |
| 5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO | 67 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do estudo

Com a atual ênfase que vem se dando a parte social das empresas, a demanda de informações cresceu e a Contabilidade, como ciência social, responsável em fazer o elo entre empresa e sociedade, cada vez mais, molda-se para suprir essa necessidade. Ela deve ser utilizada como uma ferramenta que é capaz de produzir informações que possam auxiliar no futuro.

A Ciência Contábil passou a ter relevância em todo cenário econômico, social e cultural, deixando de ser um instrumento importante apenas no auxílio ao cálculo e identificação dos valores que serviam como base para o pagamento de impostos, pagamento de dividendos ou obtenção de financiamentos perante aos bancos. Começou a ocupar espaço bastante importante nas relações sociais, ou seja, a Contabilidade tem demonstrado que sua base de dados para a prestação de informações deve passar a ser um dos principais instrumentos de balizamento nas relações do ser humano e das empresas que estejam inseridas em igual contexto social.

Nesse contexto, de constantes inovações, as demonstrações tradicionais não conseguem suprir, totalmente, os anseios dos interessados na entidade, fazendo com que novas demonstrações venham à tona. Exemplo disso é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que tem por objetivo evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico e social da região onde está instalada, discriminando o que ela agregou e distribuiu de riqueza à economia local.

Numa época em que se tem a globalização como irreversível, a DVA começa a materializar uma forma de visualizar os benefícios ou, até mesmo, os malefícios a respeito da participação das empresas no contexto social em que estão inseridas. Há a possibilidade da melhoria da avaliação do conjunto de entidades de uma sociedade no que se refere à capacidade de geração do valor adicionado e de sua alocação de riquezas. A soma dos valores

adicionados das empresas resultará em parte significativa de toda a riqueza produzida no país, ou seja, constituirá elemento essencial para o Produto Interno Bruto¹ (PIB).

Entretanto, estava faltando algum mecanismo que a tornasse obrigatória, mesmo que para algumas empresas. Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei 11.638, com vigor a partir de primeiro de janeiro de 2008, que introduziu profundas alterações na Lei 6.404/76 no que se refere à matéria contábil. Tais alterações tiveram por objetivo adequar a matéria contábil prevista na antiga norma aos padrões internacionais de contabilidade, assim obtendo maior transparência e qualidade das informações contábeis. A referida Lei inseriu a contabilização das empresas brasileiras nos padrões de contabilidade internacionais para que as demonstrações e informações contábeis das empresas brasileiras sejam de mais fácil interpretação e aceitação, gerando menor custo de transação e, conseqüentemente, diminuindo o risco de erros que poderiam influenciar diretamente no valor das ações das Companhias listadas em bolsa de valores, dentre outros aspectos.

Em seu Art.3º, § único a Lei nº. 11.638/07 introduziu o conceito de empresa de grande porte:

considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a duzentos e quarenta milhões de reais ou receita bruta anual superior a trezentos milhões de reais;

Para se adequar às normas internacionais de contabilidade, outras alterações foram necessárias, tais como: alterações nas contas do Balanço Patrimonial, com a criação do grupo Intangível, o grupo de Ajustes de Avaliação Patrimonial, Ações em Tesouraria, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado - para Companhias Abertas; eliminou as Reserva de Reavaliação e Reserva de Capital Prêmio na Emissão de Debêntures, tendo criado também a Reserva de Incentivos Fiscais; foi criada nova possibilidade de segregação entre escrituração mercantil e escrituração tributária como alternativa para a Companhia adotar sua escrituração, que serão, certamente, objeto de auditoria por auditores independentes, podendo as empresas de grande porte inserir ajustes na própria escrituração; deverão ser identificados, avaliados e contabilizados, a valor de mercado, todos os ativos e

¹ Representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região quer seja, países, estados, cidades, durante um período determinado. É um dos indicadores mais utilizados, com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo de intermediário (insumos). Isso é feito com o intuito de evitar o problema da dupla contagem, quando valores gerados na cadeia de produção aparecem contados duas vezes na soma do PIB.

passivos de empresa incorporada, cindida ou fusionada em operações dessa natureza realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle.

No escopo de abrangência da referida Lei houve alteração no método de equivalência patrimonial, com a nova redação do caput do Art. 248:

no balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com vinte por cento ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Tal ampliação, em consonância com as regras contábeis internacionais, visou incluir no método de equivalência patrimonial sociedades que, apesar de não serem caracterizadas como coligadas ou controladas formalmente, na verdade façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, estabeleceu que fosse determinado que a sociedade fizesse parte quando possuir influência significativa quando a participação for de 20% ou mais no capital votante, definindo assim critério objetivo para a definição.

Em seu Art. 176, inciso IV, houve a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração de dos Fluxos de Caixa (DFC) e ainda, no mesmo artigo, inciso V, as companhias de capital aberto ficaram obrigas a divulgar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

A presente legislação originou-se do Projeto de Lei 3.741/2000, de iniciativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)² que, em consulta pública divulgada sobre a matéria, já se pronunciou a respeito, afirmando que o escopo da Lei 11.638/07 foi inserir as companhias abertas no contexto da contabilidade internacional a fim de harmonizar os sistemas, bem como inserir nesse critério de demonstrações as sociedades de grande porte, aumentando a transparência contábil e diminuindo, dessa forma, custos de transação, o que poderá abrir portas nos mercados estrangeiros, facilitar a captação das empresas brasileiras, bem como fomentar investimentos.

A Lei 11.638 determinou que se adotassem os padrões internacionais de contabilidade às Sociedades Anônimas com Patrimônio Líquido acima de dois milhões de reais, bem como para as sociedades de grande porte.

² Entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, dotado de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária. Tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. Seu poder normatizador abrange todas as matérias referentes ao mercado de valores mobiliários.

A contabilidade, após essa transição, tornou-se um mercado emergente mais atrativo, pois a maior clareza nas demonstrações financeiras e em sua contabilidade diminui os riscos e, por consequência, aumenta a segurança dos investidores e analistas quando da avaliação das Companhias. A Lei 11.638/07 é benéfica para o mercado financeiro brasileiro e para diversos outros setores que crescem em decorrência da maior demanda na área, como as empresas de auditoria independente que passarão a ser também auditadas conforme os dispositivos da nova Lei Societária, as que se enquadrem nas categorias de companhia aberta ou empresa de grande porte.

Também, para as empresas que forem submetidas a essa nova forma de contabilização, não obstante a fase de adaptação, que foi um pouco árida, há benefícios como a maior transparência oferecida a todas as partes comerciais de seu relacionamento o que pode propiciar às sociedades maior facilidade na obtenção de créditos perante bancos, dentre outros. Ficou assim mais claro, nesse contexto, falar-se em governança corporativa nas sociedades limitadas.

Nessa contextualização, o referido estudo desenvolveu-se a partir de dados relacionados à riqueza gerada por uma empresa do ramo de prestação de serviços de representação comercial da cidade de Santa Maria, que por questões de sigilo empresarial foi denominada de “XYZ Representação Comercial Ltda.”. A escolha da referida empresa pode ser justificada em função da necessidade existente por conhecimentos a cerca de como sua riqueza está sendo formada, bem como distribuída.

Em virtude do desenvolvimento e crescimento das empresas, como consequência do desenvolvimento da própria sociedade, a necessidade de uma maior gama de informação aumentou e a Contabilidade se constitui no principal elo entre o ambiente interno e externo. Mas para que ela tenha atingido tal meta, foi preciso uma reestruturação, conseguindo ampliar seu campo de atuação, em função dos novos usuários de seus dados.

A partir disso, além das demonstrações contábeis tradicionais, instrumentos que fornecem informações a administradores e a sociedade, a contabilidade passou a usar novos meios de divulgar e atender às necessidades dos novos usuários. Entre esses se destacam: Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado.

O Balanço Social é uma demonstração que objetivou descrever parte da realidade econômica e social de uma entidade. Em decorrência disso, as relações do fator trabalho e capital podem ser mais bem reguladas e harmonizadas, ao passo que as forças sociais crescem e tomam posição. Ele atrai o desempenho da política social existente na empresa.

Já a Demonstração do Valor Adicionado corresponde à forma mais competente para se evidenciar o que foi gerado e distribuído de riqueza, passando a ganhar lugar no âmbito social das empresas. Essa demonstração indica de forma mais precisa a parte que pertence aos sócios, ao governo, aos colaboradores e aos financiadores. A DVA fugiu da preocupação que os demais demonstrativos contábeis possuem, como por exemplo, a Demonstração do Resultado do Exercício, que ficou focada para um tipo de usuário, ou seja, para o proprietário que deseja saber o valor do seu lucro final. Ela veio para fornecer uma visão bem abrangente sobre a verdadeira capacidade de uma sociedade produzir riqueza e sobre a forma como conseguiu distribuí-la, entre os múltiplos fatores de produção.

A necessidade das companhias abertas em elaborar e divulgar a Demonstração do Valor Adicionado trouxe uma maior responsabilidade social e transparência das ações que ela efetuou no ambiente em que estão instaladas. Os investidores conseguirão mais uma fonte de informação para analisar a viabilidade financeira de seus investimentos e, também, avaliar e quantificar o que a empresa está agregando de benefícios para a população local, como por exemplo, a remuneração da mão-de-obra.

Visto a importância da DVA, as empresas de menor porte, também, buscaram a harmonização da parte interna da entidade com o social. Mesmo não sendo exigida a divulgação da DVA, fornecedores e seus clientes procuram à informação de que a responsabilidade social da empresa é confiável, que ela agrega valor onde está instalada, além de que, suas dívidas são honradas e ela pode ir à busca de novos financiamentos para aumentar sua participação no mercado.

Assim, o estudo ficou focado na legislação contábil e na bibliografia existente para que, com a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado para a empresa “XYZ Representação Comercial Ltda.”, os diversos interessados pudessem sanar suas dúvidas, tais como, quanto à empresa pagou de impostos, se a remuneração é compatível com o valor gerado, para qual segmento a empresa distribuiu a maior parcela de seu valor adicionado. Com o exposto acima, buscou-se trazer argumentos e esclarecimentos para se responder a seguinte questão: é possível, a partir de informações contábeis existentes, construir a Demonstração do Valor Adicionado para uma empresa desobrigada perante a Lei n.º 11.638/07 a elaborar e divulgar tal demonstração?

A consecução dos objetivos propostos permitiu apurar os principais meios de operacionalização da Demonstração do Valor Adicionado, para uma empresa não obrigada a elaboração e sua divulgação.

Nesse contexto, o estudo teve como objetivo geral a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado para a empresa XYZ Representação Comercial Ltda., sendo ela, não obrigada a sua divulgação, conforme a Lei nº. 11.638/07, referente aos valores dos exercícios 2007 e 2008.

Para que a DVA seja um instrumento auxiliar em tomada de decisões e que possa gerar informações aos interessados, usando a contabilidade como fonte primária de dados, foram perseguidos os seguintes objetivos específicos: Elaborar a Demonstração do Valor Adicionado nos conformes da Lei n.º11.638, art.176, inciso V, apresentar e discutir a utilidade das informações da DVA, em comparação com as informações evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício; e, avaliar a evolução da riqueza e a sua distribuição nos períodos analisados.

Os objetivos expostos foram atendidos a partir dos procedimentos metodológicos a seguir apresentados.

A busca incessante pelo saber e aprendizado, fez com que o ser humano nunca estivesse satisfeito com o conhecimento que lhe é exposto, oferecendo uma técnica de conhecimento chamado pesquisa. Para Gil (1996, p. 19) pesquisa “é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A pesquisa, segundo Lakatos e Marconi (2001, p.155), é um procedimento

reflexivo e sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos e ou dados, relações ou Leis, em qualquer campo de conhecimento. (...), é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

A pesquisa apresenta vários métodos de abordagem. Para atender aos objetivos específicos do trabalho projetado foi utilizado o método dedutivo. Esse método, conforme Oliveira (1999, p.63), procura

transformar enunciados complexos, universais, em particulares. A conclusão sempre resultará em uma ou várias premissas, fundamentando-se no raciocínio dedutivo. Também pode se realizar nas operações lógicas, nas quais os raciocínios simples, podem chegar a enunciados complexos.

Muitos são os procedimentos adotados para se fazer uma pesquisa, como por exemplo, a bibliográfica, a documental e a observação.

O presente trabalho ficou limitado a utilização da pesquisa bibliográfica. Gil (1996, p.48) relata que ela “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído

principalmente de livros e artigos científicos”. Utilizou-se, também, da pesquisa documental, que é conceituada por Gil (1996, p.51) ,como sendo

muito semelhante à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa é classificada, também, como de natureza qualitativa. Para Maanem (1979, p.520) a pesquisa qualitativa “é um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”. Por conseguinte foram descritos os objetivos alcançados com as aplicações de índices, além do relato sobre a aplicabilidade dos métodos propostos.

A pesquisa teve como base a Demonstração do Valor Adicionado, sendo que os documentos analisados foram: a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido e o Balanço Patrimonial. Em sua grande maioria, os dados foram coletos em *sites* especializados , pesquisa em livros e periódicos da área contábil.

O presente estudo ocupou-se da pesquisa exploratória, que é vista como o primeiro passo da pesquisa científica e tem como principal objetivo o aprimoramento de idéias e ou a descoberta de intuições, envolvendo levantamento bibliográfico e documental, a observação informal, e análise de exemplos que estimulem a compreensão do assunto estudado. Segundo Gil (1999, p. 43), esse tipo

de pesquisa tem por finalidade proporcionar maiores informações sobre o assunto, facilitar a delimitação da temática de estudo, definir os objetivos ou formular hipóteses de uma pesquisa ou descobrir um novo enfoque que se pretende realizar. Nesse tipo de pesquisa o que conta são as novas informações levantadas e não, o diálogo com o conhecimento acumulado, visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo.

A pesquisa também é classificada como um estudo de caso, tendo em vista que a teoria estudada sob Demonstração do Valor Adicionado foi aplicada em uma empresa do setor de prestação de serviço. Segundo Gil (1999, p.458) o estudo de caso é caracterizado pelo

estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delimitadores considerados. Atualmente é adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento.

Com a publicação da Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, a Demonstração do Valor Adicionado passará de opcional para obrigatória às empresas de capital aberto, acarretando assim, uma mudança na rotina dos profissionais da área contábil dessas empresas.

As empresas obrigadas a divulgar a DVA possuem suas ações negociadas em bolsas de valores e, com mais esse instrumento de mensuração da riqueza da empresa, o investidor conseguirá, com maior clareza, visualizar de que maneira a riqueza gerada está sendo distribuída.

O estudo realizado se justificou pela nova exigibilidade que trouxe a Lei nº. 11.638/07 no seu Art. 176, inciso V. Com essa inovação, ainda eram muitas as dúvidas para sua construção e evidenciação, juntamente com a escassez de informação, surgindo como mais uma barreira para conseguir uma melhor interpretação e análise das informações contidas na DVA. Além disso, dúvidas existem sobre os indicadores que podem servir de avaliadores da geração de riqueza da entidade.

O tema da pesquisa se justificou, também, pelo fato que a contabilidade não pode atender somente a parte financeira da empresa, mas, também, olhar o lado social que a companhia representa onde está instalada, assim como, o que trouxe consigo de benefícios ou danos para a região de abrangência.

1.2 Estrutura do estudo

No capítulo 1, além da presente introdução, procurou-se apresentar a definição do tema para a pesquisa, os objetivos e o método utilizado neste trabalho, e também as limitações impostas por este tipo de pesquisa.

No capítulo 2, buscou-se estruturar um referencial teórico com conceitos que auxiliem na compreensão da obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado com a sanção da Lei nº. 11.638/07. Abordou, também, conceitos mais específicos que auxiliem na compreensão da DVA, assim como, a sua utilização no processo de tomada de decisões.

No capítulo 3, foram apresentados o estudo de caso, a avaliação e os resultados atingidos após a elaboração da DVA.

No capítulo 4, foram demonstradas as conclusões e as sugestões.

No capítulo 5, foram citadas as referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento do presente trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa seção cumpre o papel de apresentar as teorias que darão suporte à análise dos resultados.

2.1 Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007

Em 28 de dezembro de 2007, o presidente da República sancionou e fez publicar no Diário oficial da união a Lei 11.638/07, que altera a matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas por ações (LSA, Lei n.º. 6.404/76). As alterações refletem, em parte, as sugestões apresentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em junho de 1999, na forma de Anteprojeto de Reformulação da Lei n.º. 6.404/76. O objetivo era atualizar a matéria contábil da LSA, reduzir as diferenças entre práticas contábeis brasileiras e os padrões internacionais de contabilidade, e aprimorar a transparência das informações prestadas pelas companhias ao mercado de capitais. Em linhas gerais, a Lei 11.638/07 revestiu de legalidade diversas práticas já adotadas pelo mercado, principalmente por incentivo da CVM. Trouxe várias inovações para que seus objetivos sejam alcançados.

Para Braga e Almeida (2008, p.9), com a Lei 11.638/07, foram introduzidas

as mais recentes conquistas conceituais e normativas em matérias contábil de países mais desenvolvidos, incorporando-as à realidade jurídica e econômica de nosso País, além de serem aperfeiçoadas inúmeras disposições e institutos já contemplados na legislação anterior e serem consagrados as melhores práticas de governança corporativa.

As mudanças ocorridas no cenário contábil mundial, especialmente com o fortalecimento dos padrões internacionais de contabilidade a partir de 2005, impactaram fortemente na cultura contábil brasileira, tanto que o ano de 2005 ficou marcado para a contabilidade nacional: houve a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

através da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)³ n°. 1.055 de 07.10.2005, que passa a emitir os pronunciamentos brasileiros de contabilidade. O CFC justifica que a criação do CPC deve-se a crescente importância da internacionalização das normas contábeis e que esse fato vem levando inúmeros países a caminhar para um processo de convergência que tenha como conseqüências:

- 1.Desvincular a contabilidade societária dos aspectos tributários e deixá-la focada nos interesses dos principais usuários externos: investidores e credores;
- 2.Fazer com o que o processo de normatização não seja fundamentado em atos normativos elaborados pelos órgãos governamentais e sim em organismo cujos integrantes sejam empresas que produzem as informações contábeis, usuários dessas normas, contadores, analistas, investidores, bolsa de valores, auditores independentes e profissionais de investimento;
- 3.Fazer com que as normas contábeis brasileiras sejam convergentes com as normas internacionais, em especial com as do *Internaciol Accounting Standards Bords* (IASB), a fim de que as demonstrações financeiras das companhias nacionais sejam entendidas com facilidade em outros países;
- 4.Aumentar a transparência e confiabilidade das informações financeiras a fim de possibilitar, a um custo mais baixo, o acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externa;
- 5.Estimular novos investimentos no mercado nacional; e
- 6.Aumentar o ganho de eficiência na elaboração das demonstrações contábeis.

O Art. 3º da Resolução do CFC n°. 1.055, determina que o CPC tenha

por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis é composto pelas seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA⁴, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON; Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI.

A CVM, a Secretaria da Receita Federal, o Banco Central e a Susep foram, também, convidados a integrar o CPC e dele participam ativamente.

³ Criado no Brasil pelo Decreto-Lei 9.295/46, com o intuito de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade É uma autarquia de caráter corporativo, sem vínculo com a Administração pública do Brasil.

⁴ Entidade sem fins lucrativos responsável pela intermediação e negociação de ações de empresas brasileiras. Subordinada ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários. A Bovespa tem como sócios as corretoras de valores, que são suas cotistas.

Os benefícios de toda essa normatização das normas brasileiras com as normas internacionais já são conhecidos por todos e diante deste contexto Braga e Almeida (2008, p. 7) ressaltam que “a Lei 11.638/07, ao possibilitar essa convergência internacional, irá permitir, no futuro, o custo reduzido e uma taxa de risco menor para o acesso das empresas brasileiras a capitais externos”.

Quando as empresas lançam-se no mercado externo para captar recursos, diretamente ou por meio de investidores, faz-se necessária uma análise bem detalhada dos custos envolvidos para a obtenção dos dados que comporão o processo de internacionalização das mesmas. Dentre estes custos, não são desprezíveis os custos do tempo, de pessoal interno e externo e de recursos financeiros envolvidos para a apresentação da informação na linguagem financeira de cada mercado externo.

Neste contexto, conforme Braga e Almeida (2008, p. 10) “inserem-se as melhores práticas de governança corporativa, contribuindo para uma maior transparência, aumentando sua exposição ao mercado de um modo geral”,

De acordo com Silva (2006, p. 110) os benefícios da Governança Corporativa vão muito além das

informações que facilitam o acompanhamento e a fiscalização dos atos da administração, pois mostram aos acionistas, sejam eles controladores ou investidores, que fornecem informações de qualidade, o que diminui a incerteza do processo de avaliação de risco.

A própria BOVESPA, em 2000, criou os Níveis Diferenciados e o Novo Mercado de Governança Corporativa, lembra Silva (2006, p. 113), onde o objetivo “é fornecer um ambiente que venha a promover o interesse dos investidores e a valorização das companhias”.

Essa busca pela padronização contábil internacional propiciou que a Bolsa de Valores de São Paulo criasse algumas exigências para que as Companhias brasileiras detentoras de padrão de governança corporativa ou de Novo Mercado devam elaborar demonstrações contábeis de acordo com Padrões Internacionais. Para isso, segundo a BOVESPA (2006), após o encerramento de cada exercício social a Companhia deverá, adicionalmente ao previsto na legislação societária vigente, observar as seguintes exigências:

- I-Elaborar demonstrações contábeis ou demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais convergentes com os *International Financial Reporting Standard* (IFRS), em reais ou dólares americanos, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou
- II-Divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios

contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes.

No início da década de 70 alguns países, entre eles Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Holanda e Inglaterra criaram o *Internacional Accounting Standards Committee* – IASC, que estabelece normas internacionais de contabilidade, denominadas *Internacional Accounting Standard* – IAS.

Em 2001, como órgão do IASC, foi criado o *Internacional Accounting Standards Board* – IASB, que passou a ser o órgão técnico responsável pela emissão de pronunciamentos contábeis e considerado referência internacional dos padrões de contabilidade. Após a criação do IASB, os novos pronunciamentos editados passaram a ser denominados *Internacional Financial Reporting Standard* - IFRS.

O órgão que está mais próximo da finalização do processo de harmonização de normas contábeis é o IASB, um órgão independente formado em 1973 e reestruturado em 2001 com o objetivo de promover a convergência das práticas contábeis adotadas por empresas e outras organizações na preparação de demonstrações financeiras no âmbito mundial. O alcance de seu objetivo tem sido buscado pela coordenação de trabalhos de proposição, discussão e aprovação de normas contábeis internacionais – anteriormente publicados como IAS e a partir de 2003 como IFRS.

Todas essas mudanças, que vem acontecendo, têm um alvo em comum, abrir as portas do mercado brasileiro para investidores estrangeiros, dando-lhes mais segurança e menores riscos. Essa padronização de regras com o mercado internacional facilita a análise das demonstrações por investidores estrangeiros interessados em aplicar recursos em nosso país. Onde num mundo cada vez mais globalizado, a harmonização das normas contábeis permite que a linguagem dos negócios possa ser entendida da mesma forma em todos os lugares.

Assim, as alterações legislativas buscaram criar condições para harmonizar as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis correspondentes com as práticas e demonstrações exigidas nos principais mercados financeiros mundiais. Possibilitando que grandes empresas brasileiras tivessem acesso facilitado ao mercado de capital internacional, tornando suas demonstrações contábeis padronizadas com as produzidas por outras grandes empresas espalhadas pelo mundo.

Uma das principais mudanças é a obrigatoriedade das companhias abertas a elaborar e divulgar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), entendendo que permite maior transparência social da empresa no meio onde está instalada. A DVA pode integrar o Balanço

Social, mas não se confunde com ele, constituindo uma importante fonte de informações à medida que apresenta um conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração da riqueza, assim como dos efeitos produzidos pela distribuição da mesma.

Para Azevedo (2008, p. 120) a Demonstração do Valor Agregado é um demonstrativo bastante útil,

inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, o seu Produto Interno Bruto – PIB. Existe, entretanto, uma diferença temporal entre o modelo econômico e o modelo contábil na DVA. Enquanto o primeiro utiliza o conceito de produção, a demonstração contábil utiliza o conceito de vendas para obter o valor adicionado ou riqueza criada pela entidade.

Para o CPC (2008, p.12), em seu pronunciamento técnico de número dois, a DVA está

fundamentada em conceitos macroeconômicos buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto à entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período. Existem, todavia, diferenças temporais entre os modelos contábil e econômico no cálculo do valor adicionado. A ciência econômica, para cálculo do PIB, baseia-se na produção, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseia-se no regime contábil de competência. Como os momentos de realização da produção e das vendas são normalmente diferentes, os valores calculados para o PIB por meio dos conceitos oriundos da Economia e os da Contabilidade são naturalmente diferentes em cada período.

A DVA tem como objetivo mensurar o quanto à entidade agrega de valor a economia da sociedade em qual está alocada, relativamente a sua produção e como a riqueza será distribuída entre os principais componentes dessa sociedade que são: empregados, acionistas, financiadores e o governo, nas suas três esferas: Municipal, Estadual e Federal.

Apesar de demonstrativos complementares, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração do Valor Adicionado são completamente diferentes. A DRE com objetivos de apresentar a riqueza que a entidade gerou pertencente aos seus sócios e a DVA visa demonstrar a riqueza gerada pela entidade de uma forma mais detalhada pertencente à sociedade de um modo mais geral, ou melhor, quem foram os responsáveis pela geração e para quem foi distribuída.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado: objetivos, vantagens e sua inserção no âmbito social

As demonstrações financeiras sempre tiveram por fim divulgar informações econômicas sobre as empresas que atendiam principalmente aos interesses de seus acionistas ou sócios e ao governo.

Essas informações, contudo, deixavam a desejar em relação aos interesses de movimentos sociais que demandavam por informações sobre projetos sociais, condições ambientais e trabalhistas e outras.

Ao passar dos anos, as empresas começaram a sofrer grandes pressões sociais para que suas informações de cunho social fossem divulgadas, ou seja, os objetivos sociais que envolvam, dentre outras coisas, o bem-estar da população na sua integridade.

Com esse marco, as companhias começam a investir cada vez mais em ações que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade na qual está inserida.

A década de sessenta foi marcante por causa de movimentos sociais nos países europeus e com isso as exigências em relação às responsabilidades coletivas das empresas começaram a ser mais ostensivas.

Atrelado a isso, o surgimento de necessidades que pudessem atender aos interessados que eram apenas citados. Segundo Santos (2007, p.12), os usuários eram

sempre citados, mas nunca beneficiados com informações que lhes fossem particularmente úteis. Informações relativas a remunerações e respectivos encargos sociais, formação profissional, condições de higiene e segurança no trabalho.

Neste contexto, tornou-se fundamental para a empresa evidenciar ao mercado e à sociedade informações até então consideradas irrelevantes, como a sua efetiva contribuição no desenvolvimento social e econômico de seu ambiente de atuação, expressa através de seu relacionamento com empregados, clientes, fornecedores, acionistas, sindicatos e instituições do poder público.

De acordo com Ricarte (2005, p. 63), “cada uma das informações atende às necessidades específicas de distintos grupos de usuários.” Isto pode ser observado por meio do Quadro 1.

| GRUPOS DE USUÁRIOS | INFORMAÇÕES EVIDENCIADAS |
|--------------------------|---|
| Empregados/Sindicatos | A DVA serve de base para negociações salariais, para comparações entre entidades do mesmo segmento, para estudos do comportamento evolutivo da remuneração ao longo do tempo etc. |
| Governos/Instituições | Estes podem efetuar estudos comparativos da carga tributária por setores/atividades, avaliando quais as categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária, resultando disto, reformulações legais como a constituição de impostos seletivos, redimensionamento de tributos por regiões etc. As DVAs agrupadas podem apresentar o crescimento econômico de determinadas regiões e atividades, fazendo com que os governos sigam ou alterem suas políticas de fomento, de incentivos e seus planejamentos. |
| Financiadores/Credores | A este grupo a DVA comunica a saúde econômica da entidade e a sua evolução na geração da riqueza. |
| Acionistas/Proprietários | Aos formadores do capital próprio da entidade, a DVA apresenta a parcela que lhes coube em determinado período, podendo estes efetuar análises do investimento, objetivando a continuação da aplicação ou o seu redimensionamento; bem como fornece importantes subsídios para a preparação da análise global da entidade. |
| Administradores | A DVA serve como instrumento de apoio ao planejamento estratégico, à decisão e ao controle, além de apresentar a parcela que lhes cabe a título de remuneração. |
| Sociedade | Por meio da DVA, a sociedade organizada pode comprovar a representatividade das práticas de responsabilidade social das entidades, como também avaliar a geração da riqueza e sua estrutura de distribuição. |

Quadro 1 – Necessidades específicas de distintos grupos de usuários

Fonte: Adaptado de Ricarte (2005, p. 63)

Com toda ânsia por informações, surge nos países europeus o Balanço Social, com uma ramificação de grande importância social: a Demonstração do Valor Adicionado. Para Santos (2007, p.13), a “DVA objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico e social da região onde está instalada, discriminando o que a empresa agrega de riqueza à economia local e, em seguida, a forma como distribui tal riqueza”.

Com a sua primeira elaboração na França em 1960, a DVA vem se tornando uma demonstração com fonte de informações muito ricas. A cada dia mais os investidores querem saber onde seu dinheiro está sendo investido e de que forma a riqueza que uma empresa gera é distribuída. A Demonstração do Valor Adicionado não é obrigatória segundo as normas internacionais de contabilidade, mas as entidades localizadas em diversos países acabam por elaborar, para demonstrar o que está sendo gerado para a região onde ela se instalou, conseguindo, assim, amenizar conflitos que possam vir a acontecer.

A Organização das Nações Unidas (ONU)⁵ pronunciou-se favorável a divulgação desse demonstrativo, pois causaria um menor impacto no âmbito social se as companhias divulgassem os benefícios sociais que trazem ao se instalar nessa localidade. Demonstraria, também, para onde sua riqueza gerada está sendo distribuída, além de ser possível extrair indicadores sociais, importantes para o cálculo do PIB.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o parecer de orientação n° 24 de 1992, incentiva as empresas para aprimorar a qualidade da informação aos seus usuários e um dos demonstrativos sugeridos é a DVA.

No Brasil, com a sanção da Lei de n°. 11.638/07, ela passou a ser obrigatória para as companhias abertas, pois são empresas que atuam na bolsa de valores e os seus investidores terão mais confiabilidade nos seus investimentos. O Art. 176, da referida Lei, discrimina as demonstrações que são obrigatórias:

Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mudanças ocorridas no exercício:

I - Balanço Patrimonial;

II - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;

III - Demonstração do Resultado do Exercício;

IV – Demonstração dos Fluxos de Caixa; e

V – se companhia aberta, Demonstração do Valor Adicionado.

Como peça importante do Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado deve ser entendida como um instrumento da contabilidade para auxiliar na evidenciação da capacidade de geração e distribuição da riqueza de uma entidade, ou seja, tem como função a divulgação e identificação do valor da riqueza gerado pela empresa, e como ela foi distribuída entre os diversos públicos que contribuíram para a sua geração.

A Norma Brasileira Técnica de Contabilidade 3.7, define a DVA como sendo uma demonstração contábil

destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição. Caso a entidade elabore Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Demonstração do Valor Adicionado deve ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações do Valor Adicionado individuais.

⁵ É uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional.

Em se apresentando a DVA existem muitas vantagens, segundo Santos (2007, p. 39), pois elas se apóiam no fato de que

essa demonstração oferece às empresas a oportunidade de apresentar sua contribuição ao local onde estão instaladas. As empresas podem utilizar essa demonstração para estabelecer o interesse da comunidade e de seus legisladores numa região qualquer. Isso daria á empresa a oportunidade para formação de Goodwil, expansão de mercado, redução de conflitos com o governo local e outros grupos de sociedades e evitaria diversos desgastes políticos. Como consequência disso a empresa provavelmente alcançaria maior crescimento e estabilidade de seus lucros.

Atualmente, a grande responsabilidade social das organizações consiste em gerar renda e emprego, distribuídos de forma mais eqüitativa a todos que estão envolvidos em sua geração, proporcionando àqueles que estão afastados de seus postos de trabalho e do mercado, perspectivas de ingresso neste.

A responsabilidade social das empresas, para Tinoco (2008, p.115), expressa

compromissos que vão além daqueles já compulsórios para a empresa, tais como o cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, da legislação ambiental, de usos do solo e outros. Expressa, assim, a adoção e a difusão de valores, condutas e procedimentos que induzam e estimulem o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais, para que também resultem em preservação e melhoria da qualidade de vida das sociedades, do ponto de vista ético, social e ambiental.

O conceito de responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser atendidas. Significa, ainda, a responsabilidade pública, ou seja, honrar e superar as obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização deverá atender a anseios da comunidade. Adotando um comportamento favorável ao caráter social da empresa trará muitos ganhos tangíveis, como exemplo, o aumento da competitividade e a melhoria da sua imagem.

2.2.1 Valor Adicionado

As empresas fazem parte de um dos elementos mais importantes e diretamente responsáveis pela produção econômica nacional. Sendo que compõem o sistema de produção da economia nacional, produzindo os bens e serviços que atendem às necessidades de consumo e acumulação da sociedade.

As companhias na prática de suas atividades vendem produtos e serviços, adquirem despesas e auferem receitas. As receitas, sendo maiores que as despesas, resultarão em lucro.

Assim, deve ser ressaltado que as entidades lucrativas geram riquezas com valor superior ao total de seus lucros, pois o lucro nada mais é do que a riqueza gerada pela empresa para si própria, ou para seus proprietários.

Desta forma, Rossetti (2003, p.73) afirma que,

em condições normais o valor de saída é superior aos custos de todos os suprimentos. E a diferença é exatamente igual ao valor adicionado, representado pelos custos pagos aos fatores de produção, sob a forma de salários, aluguéis, arrendamentos, juros, depreciações e lucros. Logo, o valor adicionado das empresas é representado pela diferença entre a receita total e os produtos e serviços intermediários adquiridos de terceiros.

Através da DVA se torna possível perceber a contribuição econômica das empresas dentro do segmento no qual atuam, constituindo, assim, o Produto Interno Bruto (PIB).

Por conseguinte, a função social de qualquer empresa é gerar novos bens e serviços em benefício da sociedade, além de proporcionar empregos e contribuições aos cofres governamentais.

As empresas, enquanto agentes econômicos, geradoras de riquezas, empregos e distribuição de renda, precisam ampliar sempre mais seus desempenhos e valores adicionados. Estes valores são fontes de distribuição e benefícios sociais em todas as amplitudes.

2.2.1.1 Diferenciação entre valor adicionado contábil e econômico

A economia baseada em estudos estatísticos divulga anualmente através do Produto Interno Bruto o nível de atividade em todos os setores da economia, ou seja, a produção de todos os serviços e mercadorias finais. O Produto Interno Bruto divulgado anualmente é calculado através do somatório da produção do país no ano indicando desta forma o que foi produzido e o desempenho da economia. Na análise econômica, Simonsen (1975, p.83) se expressa claramente, quando profere sobre produto nacional em termos de valor adicionado denominando o valor adicionado que

em determinada etapa da produção, a diferença entre o valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa. Assim, o produto nacional pode ser concebido como soma dos valores adicionados em determinado período de tempo, em todas as etapas dos processos de produção do país.

Do ponto de vista contábil, o conceito de valor adicionado corresponde ao quanto à empresa acrescenta de valor sobre o que é pago para terceiros. Este acréscimo representa um valor pago pelo mercado pelo que a empresa produziu num determinado momento. Pode-se afirmar que a soma das importâncias agregadas representa, na verdade, a soma das riquezas criadas. Ao ratificar esse conceito, Santos (2007, p.27) comenta que analisando o lado contábil,

poder-se-ia afirmar que a mediação ou apuração da riqueza criada pode ser calculada através da diferença aritmética entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros mais as depreciações.

A ciência econômica, para cálculo do PIB, baseia-se na produção, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseia-se no regime contábil de competência. Como os momentos de realização da produção e das vendas são normalmente diferentes, os valores calculados para o PIB por meio dos conceitos oriundos da economia e os da contabilidade são naturalmente diferentes em cada período.

2.2.2 Modelo de DVA

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou em 30 de outubro de 2008, baseado na Lei nº. 11.638/07, através do Pronunciamento Técnico nº. 09, os critérios para elaboração e apresentação da referida demonstração. Empresas prestadoras de serviços comerciais e as indústrias, a DVA terá o mesmo molde, conforme o Quadro 2 – Modelo de DVA para empresas em geral, já para instituições bancárias e as seguradoras o CPC criou modelos específicas, para que as informações fiquem mais esclarecidas e de melhor entendimento.

Sua elaboração deve levar em conta o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, intitulado Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, e seus dados, em sua maioria, são obtidos, principalmente, a partir da Demonstração do Resultado do Exercício. O sistema contábil da sociedade passa a ter um significado ainda mais importante, pois deverá ser projetado de forma que possa fornecer todos os dados da DVA.

As companhias abertas devem elaborar a Demonstração do Valor Adicionado e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social. A elaboração da DVA consolidada deve basear-se nas demonstrações consolidadas e evidenciar a participação dos sócios não controladores.

| DESCRIÇÃO | Em milhares de reais Ano x | Em milhares de reais Ano x+1 |
|---|--|--|
| 1 - RECEITAS | | |
| 1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços | | |
| 1.2) Outras receitas | | |
| 1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / Constituição | | |
| 2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS) | | |
| 2.1) Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | | |
| 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | |
| 2.3) Perda / Recuperação de valores ativos | | |
| 2.4) Outras (especificar) | | |
| 3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2) | | |
| 4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | | |
| 5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4) | | |
| 6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFÊRENCIA | | |
| 6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial | | |
| 6.2) Receitas financeiras | | |
| 6.3) Outras | | |
| 7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6) | | |
| 8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| 8.1) Pessoal | | |
| 8.1.1 - Remuneração direta | | |
| 8.1.2 - Benefícios | | |
| 8.1.3 - F.G.T. S | | |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições | | |
| 8.2.1 - Federais | | |
| 8.2.2 - Estaduais | | |
| 8.2.3 - Municipais | | |
| 8.3) Remuneração de capitais de terceiros | | |
| 8.3.1 - Juros | | |
| 8.3.2 - Aluguéis | | |
| 8.3.3 - Outras | | |
| 8.4) Remuneração de Capitais Próprios | | |
| 8.4.1 - Juros sobre o Capital Próprio | | |
| 8.4.2 - Dividendos | | |
| 8.4.3 - Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício | | |
| 8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação) | | |

Quadro 2 – Modelo de DVA para empresas em geral

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

2.2.3 Elaboração da DVA

A elaboração da Demonstração do Valor Adicionado é feita, principalmente, com base na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), onde seus registros estão de conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade. Serão extraídos, por exemplo, a receita de vendas e as receitas não operacionais, depreciação, amortização, impostos, taxas, etc.

Algumas dificuldades poderão ser encontradas no preenchimento da DVA, como por exemplo, insumos adquiridos de terceiros, ou também com relação às despesas, que geralmente são agrupados por áreas e/ou atividades da empresa. Conforme relata De Luca (1996. p. 69), infelizmente

as empresas não costumam evidenciar a composição dos custos dos produtos/serviços vendidos e dos estoques; daí faz-se necessária a segregação desses elementos por tipo de custo – matéria-prima, mão-de-obra, gastos gerais de fabricação – bem como por origem, ou seja, os materiais devem ser classificados entre aqueles adquiridos externamente e os de fabricação própria, e os serviços, entre aqueles prestados por terceiros e os obtidos internamente.

Essa dificuldade pode ser facilmente superada com a segregação dos itens que compõem os custos e as despesas, identificando-os por origem (interna ou externa), o que é obtido por meio da elaboração competente de um plano de contas para a empresa, já com o objetivo de preencher à DVA.

A exemplo de outros demonstrativos contábeis, deverá ter sua publicação de forma comparativa, ou seja, mediante a divulgação conjunta de dados do período atual e do anterior.

A Demonstração do Valor Adicionado divide-se, basicamente, em duas partes: a formação da riqueza e a distribuição da riqueza.

2.2.3.1 Formação da riqueza

A formação da riqueza de uma companhia é composta pela receita bruta e outras, provisão para créditos de liquidação duvidosa, insumos adquiridos de terceiros, valores retidos pela entidade e valor adicionado recebido em transferência.

2.2.3.1.1 Receita Bruta e outras receitas

As receitas são os valores que foram reconhecidos pela contabilidade, conforme o regime de competência, que geraram um aumento da situação líquida da entidade. Devem constar na Demonstração do Resultado do Exercício. A receita bruta é fruto da venda de mercadorias, produtos e prestação de serviços. Outras receitas são oriundas da venda do ativo imobilizado, principalmente.

Para Azevedo (2008, p.131), no grupo de receita devem ser apresentados os seguintes grupos:

- a) as vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas, ou seja, o valor correspondente à receita bruta, deduzidos somente as devoluções, os abatimentos incondicionais e os cancelamentos;
- b) as outras receitas decorrentes das atividades-fim não constantes da letra “a” do item acima;
- c) os resultados não decorrentes das atividades fim, como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, investimentos etc.;
- d) os valores relativos à constituição (reversão) de provisão de crédito de liquidação duvidosos.

Estão contidos nesse grupo todos os impostos que incidem sobre essas receitas, por exemplo, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Serão considerados os valores brutos que ingressarão na companhia, não interessando se na DRE eles estejam computados separados.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pela incerteza de recebimento de clientes, com isso, quando da sua reversão e constituição, desde que os valores estejam contabilizados conforme o regime de competência.

2.2.3.1.2 Insumos adquiridos de terceiros

Os insumos adquiridos de terceiros são valores que são contabilizados como despesas do exercício, representados pelos desembolsos com matéria-prima, energia elétrica, mercadorias, etc. Esses produtos se mantidos em estoque, não farão parte da formação da riqueza e nem da distribuição.

Para Azevedo (2008, p.132), no grupo de insumos adquiridos de terceiros devem ser apresentados os seguintes grupos:

- I- materiais consumidos incluídos no custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos. Inserir os tributos na aquisição, recuperáveis ou não. Portanto, o custo a ser apresentado na DVA será “cheio”, com a inclusão do ICMS, IPI, PIS, COFINS e ISS ainda que esses tenham gerado crédito e extraído do respectivo custo;
- II- demais custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, exceto gastos com pessoal próprio e depreciações, amortizações e exaustões, incluindo os tributos na aquisição, recuperáveis ou não;
- III- despesas operacionais incorridas com terceiros, tais como: telefone, material de consumo, água, serviços de terceiros, energia, incluindo os tributos na aquisição, recuperáveis ou não;
- IV- valores na perda ou recuperação de ativos quando dos seus ajustes feitos por avaliações a valor de mercado de estoques, investimentos, imobilizados etc.;

Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços contratados, etc. consumidos deverão ser considerados os impostos e contribuições, ou seja, ICMS, ISS, PIS e COFINS, que incidiram no momento da aquisição, sendo recuperáveis ou não. Em se referindo aos valores de perda ou recuperação dos valores do ativo deverão ser incluídos os resultados levados à apuração do lucro ou prejuízo do exercício, seja na formação, seja na reversão da provisão para perdas por desvalorização de ativos.

2.2.3.1.3 Valores recebidos em transferência de terceiros

Os valores recebidos em transferência de terceiros é a riqueza que não foi gerada pela companhia e foi transferida a ela no exercício corrente. Servem como exemplo as receitas financeiras, os resultados positivos e/ou negativos na equivalência patrimonial, dividendos, aluguéis ou *royalties*, desde que a entidade prestadora do serviço não a tenha como objeto dessa atividade.

Para Azevedo (2008, p.132), os valores adicionados recebidos em transferência a outras entidades correspondem:

- I- ao resultado positivo ou negativo da equivalência patrimonial;
- II- aos valores registrados como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo;
- III- aos valores registrados como receitas financeiras relativos a quaisquer operações com instituições, entidades do grupo ou terceiros;
- IV- aos valores registrados como receitas de aluguéis ou *royalties*, quando se tratar de entidade que não tenha como objeto essa atividade.

Essa medida tem como objetivo evitar que ocorra a dupla contagem em determinadas empresas.

2.2.3.1.4 Depreciação, amortização e exaustão.

Os valores retidos pela entidade, ou seja, depreciação⁶, amortização⁷ e exaustão⁸ são os valores que representam o consumo dos bens do ativo em períodos mais longos.

Na Demonstração do Valor Adicionado estarão reduzindo o valor adicionado, uma vez que, tem semelhança com os insumos utilizados para a formação da riqueza, diferenciando-se apenas no seu prazo de consumo de consumo na produção. Segundo o CPC, em seu pronunciamento técnico 09 (2008, p.3), “depreciação, amortização e exaustão representam os valores reconhecidos no período e normalmente utilizados para conciliação entre fluxo de caixa das atividades operacionais e o lucro líquido”.

Os valores a serem reconhecidos da depreciação, amortização e exaustão, são considerados como uma constituição de fundos, da mesma forma que representa uma retenção para o autofinanciamento.

2.2.3.2 Distribuição da riqueza

Toda a riqueza que a empresa gerar deverá ser distribuída para algum setor e deverá estar detalhada em cinco itens, no mínimo: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre o capital próprio e dividendos; e lucros retidos ou prejuízos do exercício.

⁶ É a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

⁷ É a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

⁸ É a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais ou florestais.

2.2.3.2.1 Pessoal e Encargos.

São os valores gastos com a mão-de-obra e que devem estar computados na Demonstração do Resultado do Exercício, seja na parte dos custos, seja nas despesas operacionais. Conforme o CPC, em seu pronunciamento técnico 09 (2008, p.6), será somado nessa componente os valores de “remuneração direta, (salários, 13º salário, férias, comissões, horas extras, entre outros), benefícios (assistência médica, vale alimentação, vale transporte, planos de aposentadoria) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)”.

Os encargos com INSS⁹, Sesi¹⁰, Sesc¹¹, Senai¹² e outros não devem ser considerados nessa parte da Demonstração do Valor Adicionado, serão considerados na parte de impostos, taxas e contribuições.

2.2.3.2.2 Juros e Aluguéis.

Estarão presentes nessa parcela os gastos incorridos com a utilização do capital de terceiros (juros, variações cambiais e monetárias), são normalmente amarrados a empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, irão compor essa parcela os valores que tenham sido ativos.

Os aluguéis pagos ou creditados a terceiros, inclusive o *leasing* operacional. Outros tipos de remuneração de capitais de terceiros deverão ser discriminados nessa seção, por exemplo, *royalties* e franquia.

⁹ Instituto Nacional do Seguro Social

¹⁰ Serviço Social da Indústria

¹¹ Serviço Social do Comércio

¹² Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

2.2.3.2.3 Impostos, Taxas e Contribuições.

Impostos, taxas e contribuições devidas às três esferas governamentais (municipal – ISSQN¹³ e IPTU¹⁴, estadual – IPVA e federal – IRPJ¹⁵ e CSLL¹⁶) serão computados. Cada tributo estará na sua repartição correta, mesmo que haja repasse entre elas. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em seu pronunciamento técnico 09 (2008, p.6), impostos, taxas e contribuições correspondem

aos valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como insumos adquiridos de terceiros.

Para os impostos que são compensáveis (IPI, PIS, COFINS, ICMS) deverão ser mensurados apenas os valores devidos ou que já foram pagos. Deverá constar, também, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e as contribuições ao INSS que sejam desembolsáveis pelo empregador.

2.2.3.2.4 Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.

Os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) e Dividendos correspondem à parcela do lucro líquido do exercício que foi distribuída ou cuja distribuição foi proposta aos acionistas.

O CPC proferiu sobre esse assunto em seu pronunciamento técnico 09 (2008, p.7), relatando que

as quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, independentemente de serem registradas como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.

¹³ Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

¹⁴ Imposto Predial e Territorial Urbano

¹⁵ Imposto de Renda Pessoa Jurídica

¹⁶ Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Apenas serão computados os valores distribuídos com base no próprio exercício, os dividendos pagos com base nos lucros anteriores não deverão ser inclusos no cálculo, pois já foram considerados no período que foram gerados.

2.2.3.2.5 Lucros Retidos ou Prejuízos do Exercício

Representa o valor do lucro líquido do exercício subtraído do que foi distribuído aos acionistas e que foi destinado às reservas, inclusive para Juros sobre o Capital Próprio e eventuais parcelas que ainda não possuam destinação específica. Havendo prejuízo será demonstrado com um sinal negativo.

2.2.4 Diferenciando DVA E DRE

Apesar da Demonstração do Resultado do Exercício servir como base para montar a Demonstração do Valor Adicionado, elas são demonstrativos completamente diferentes, nunca podendo ser confundidas. A primeira traz informações mais ligadas aos interesses de sócios, proprietários e acionistas, já a segunda envolve uma gama muito maior de interesses, pois trará como a riqueza foi distribuída entre colaboradores, financiadores, governo, salários, acionistas e encargos.

Segundo Yoshioca (1998, p.38), há uma grande diferença entre

uma Demonstração do Resultado do Exercício e uma Demonstração do Valor Adicionado, tendo em vista que apresentam enfoques diferentes e, de certa forma, são complementares. O principal da primeira é mostrar o lucro líquido que, em última instância, é a parte do valor adicionado que pertence aos sócios como investidores de capital de risco. Por outro lado, a demonstração do valor adicionado mostra a parte que pertence aos sócios, a que pertence aos demais capitalistas que financiaram a empresa com o capital a juros, a parte que pertence aos empregados e a parte que fica com o governo. Na DRE, essas partes dos demais capitalistas são tratadas como despesa. Isso se deve ao fato de que, para o proprietário, essas riquezas distribuídas são reduções de sua parte, de seu lucro.

Como se compreende, na DRE, o enfoque possui um direcionamento para a linha do resultado líquido e, dessa maneira, está com seus direcionadores apontados para os administradores. Seus demais componentes, são apresentados de acordo com sua natureza e não segundo seus favorecidos. Ela fornece um apanhado financeiro dos resultados das operações financeiras da empresa durante um período específico.

Também denominada Demonstração da Dinâmica Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício evidencia, de uma forma estruturada, os componentes que provocaram a alteração na situação líquida patrimonial em determinado período.

Para o levantamento do Balanço Patrimonial as contas de resultado são encerradas debitando-se, uma a uma as contas de receitas (natureza credora) e creditando-se, uma a uma, as contas de custos/despesas (natureza devedora), pelo valor de seus respectivos saldos, tendo como contrapartida, em ambos os casos, uma conta transitória que se denomina resultado do exercício. Do resultado, são retirados os valores referentes à provisão para imposto e às participações de debenturistas, empregados, empregadores e partes beneficiárias nos lucros para, finalmente, esta conta, ser encerrada mediante a transferência de seu saldo para a conta de prejuízos acumulados.

A Demonstração do Resultado do Exercício é, tão somente, a estruturação, ordenação da movimentação desta conta que transitoriamente recebe todas as receitas custos/despesas.

A Demonstração do Resultado do Exercício é obrigatória, conforme determina o Art. 175 da Lei n.º 6404/76. A Lei atual define o conteúdo da Demonstração do Resultado do Exercício, que deverá ser apresentado na forma dedutiva, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício, e por ação, sem confundir-se com a conta de Lucros Acumulados, onde é feita a distribuição ou alocação do resultado.

A elaboração da Demonstração do Valor Adicionado não tem como objetivo a substituição da Demonstração Resultado do Exercício, mas sim fazer a complementação da mesma. Aquele demonstrativo tem como foco principal fornecer informações a diversos grupos participantes nas operações da empresa, que são conhecidos como *stakeholders*. A DVA tem como principais objetivos informar o valor da riqueza produzida pela empresa, quais os fatores que contribuíram para essa criação e de que forma a riqueza foi distribuída aos grupos sociais envolvidos em suas atividades.

É uma demonstração que, por suas características, atende não somente aos usuários tradicionalmente conhecidos pela contabilidade, ou seja, administradores, fornecedores, investidores, banqueiros e governo, como também aos empregados, e à sociedade em geral.

Para Martins (1997, p.1), a Demonstração do Valor Adicionado, diferentemente da Demonstração do Resultado do Exercício,

privilegia as informações destinadas à sociedade e não somente aos proprietários. Afinal, a demonstração de resultados é uma visão particular, pode-se dizer no extremo, até egoísta, de apenas um dos interessados na empresa, os proprietários. A DVA é de uma visão muito mais geral, dando a mesma importância a todos os

fatores de produção: o trabalhador, os demais capitais na forma de crédito e também o governo.

Ambas as demonstrações possuem sua importância, diferenciando no tocante do foco de abrangência e de seu público interessado que extrai a informação delas. Não se faz coerente afirmar que um demonstrativo esteja certo e o outro errado, apenas possuem enfoques diferentes e objetivam informações vistas sob pontos de vistas distintos, sendo importante a divulgação das duas fontes. Com isso, as informações teriam seu foco de abrangência dilatado.

De acordo com NEVES e VICECONTI (2004, p.304), algumas nações exigem que

empresas internacionais que desejam se instalar no país demonstrem qual o valor adicionado que pretendem gerar. Para estes países não é interessante à empresa produzir muito importando muito, o fundamental é medir a nova riqueza gerada pela empresa (valor adicionado no país), bem como a forma de distribuição dessa riqueza entre a população beneficiada.

Esta demonstração indica de forma clara e precisa a parte da riqueza que pertence aos sócios ou acionistas a que pertence aos demais capitalistas que financiam a entidade (capital de terceiros), a que pertence aos empregados e finalmente à parte que fica com o governo.

Na Demonstração do Resultado do Exercício, a parte de terceiros (capitalistas, empregados, governo) são consideradas como despesas ou custos, porque, do ponto de vista dos proprietários, esses valores distribuídos representam redução do lucro e conseqüentemente redução da parcela que cabe a cada proprietário.

Nas empresas privadas, públicas e não-governamentais se faz necessário que se tornem conscientes da responsabilidade social e pública, e os grupos envolvidos nas suas atividades entendam que, através da DVA, obterão as informações necessárias para a tomada de decisões, visualizando, assim, a riqueza produzida dentro da empresa e a sua respectiva contribuição para este desempenho.

2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado no processo de tomada de decisões

A Contabilidade como ciência que estuda a riqueza das células sociais, constitui-se na área do conhecimento capaz de diagnosticar e comunicar os impactos que as entidades econômicas causam aos seus entornos: internos e externos, uma vez que, quase todas as

decisões administrativas promovem influências, imediata ou *a posteriori*, que geram fatos patrimoniais.

A utilidade da informação contábil é comprovada na medida em que ela serve de apoio para a gestão da entidade (contabilidade gerencial) e de instrumento de informação para a sociedade (contabilidade sócio-ambiental), cujo objetivo final é construir novas estruturas contábeis que permitam informar o real significado das entidades dentro de um contexto amplo que envolva, além dos fatos econômicos e financeiros, também os aspectos sociais e ambientais.

Paralelamente às mudanças do ambiente, em níveis macroeconômicos, as empresas estão diante da necessidade de estabelecerem sistemas de informação e comunicação que lhes permitam adaptar-se a essas situações de mudanças de forma flexível e estável. Por conseguinte, surge a necessidade de se distinguir entre o que corresponde à própria gestão empresarial interna e o que afeta fundamentalmente as relações da empresa com o seu entorno, sem, no entanto, esquecer a interdependência existente entre ambas as magnitudes.

Ao longo das últimas décadas, a informação contábil vem passando por transformações em sua forma final, para atender às características determinantes da evolução empresarial. As novas necessidades da sociedade moderna puseram em evidência a ineficiência do sistema tradicional de informação contábil (em alguns aspectos), cujo enfoque, essencialmente dirigido para o desempenho econômico e o aspecto fiscal, não possibilita a introdução de dados de caráter social e ambiental, que hoje se fazem necessários devido às mudanças conjunturais.

Por isso, é necessário disponibilizar aos distintos usuários informações eficazes para seus processos de tomada de decisão. Para Cosenza (2001, p.59), “isso fará com que a Contabilidade caminhe na direção de um sistema contábil estruturado numa visão multidimensional que propicie indistintamente a satisfação das necessidades presentes e futuras de todos os usuários que têm interesses na informação contábil”.

Neste novo ambiente, Cosenza (2002, p.77), profere que

a informação do valor adicionado marca um importante avanço, pois vem contribuir para o auxílio a tradução da intervenção da entidade no processo econômico seqüencial no âmbito de um determinado sistema econômico, permite a obtenção de informações sobre a geração e a distribuição de riqueza para a empresa e a sociedade onde ela está inserida, e também é importante no campo macroeconômico, como gerador de subsídios para medir, calcular e analisar a produção e a riqueza de uma economia, em qualquer magnitude.

Efetivamente, a DVA como demonstração oriunda do sistema de informações contábeis configura-se em importante ferramenta de análise e avaliação das atividades

celulares e de suas repercussões nos ambientes sociais, já que por meio deste informe é possível acompanhar a parcela da riqueza gerada e aplicada, isto em termos monetários, percentuais e/ou por indicadores.

A DVA representa uma excelente ferramenta de análise e poderá ser utilizada por todos que desejam entender melhor a relação da empresa com a sociedade. A sua utilização no conjunto de informações produzidas pelas empresas, poderá servir de apoio para as comparações entre grandezas econômicas que apenas com as demonstrações tradicionais não era possível.

A utilização de quocientes é um dos principais métodos de comparação das informações da entidade, podendo ser feitas comparações do passado com o ocorrido, para se projetar um futuro com melhores resultados.

As informações constantes da DVA servem como base para a realização de análises contábeis que podem identificar a relação da entidade tanto com os agentes internos (empregados, administradores, proprietários, acionistas, etc.), como com os agentes externos (governos, sindicatos, financiadores, credores, etc.). Pelas características das informações que compõem a DVA e sua utilidade na análise e avaliação da entidade, é possível afirmar que ela se constitui em um importante instrumento de gerenciamento e planejamento, e também de controle social, uma vez que sua apresentação revela dados significativos da atividade das entidades e seus conseqüentes impactos considerando-se a perspectiva de papel social desempenhada pelas empresas.

2.2.5.1 Quociente entre Valor Adicionado e o Faturamento

Mais conhecida como produtividade das vendas, essa relação indica, em certo período, quanto de cada unidade monetária vendida foi transformado em riqueza criada pela empresa. Esse quociente terá seu valor acrescido ou pulverizado, dependendo do grau de verticalização ou horizontalização em que a empresa esteja inserida.

Nesse contexto, Santos (2007, p.224), profere que

se uma montadora de automóveis tiver baixa taxa de transformação das vendas em valor adicionado, isso não significa que o setor automobilístico tenha pouca participação no PIB. Uma montadora poderá adquirir de terceiros pneus, faróis, chapas de aço, vidros, motores etc. e ficar exclusivamente com a montagem propriamente dita; enquanto isso, no setor automobilístico todos os demais componentes estarão sendo produzidos e criando riqueza.

Outro meio de se mensurar o resultado dessa divisão consiste que uma baixa taxa de conversão do faturamento em valor adicionado poderá representar baixa taxa de utilização da mão-de-obra ou um produto que exige pouco do seu processo de elaboração.

2.2.5.2 Quociente entre Valor Adicionado e Ativo total

A proporção entre Valor Adicionado e Ativo Total representará o quanto de capital aplicado é necessário para obtenção das riquezas geradas pela empresa. Não se deve usar os valores dos ativos em construção e os investimentos em outras sociedades, ou seja, servirá para efeitos de cálculo desse índice os ativos que foram ocupados para a formação do Valor Adicionado.

Esse coeficiente trará como principal informação, segundo Santos (2007, p.226), “as diferenças setoriais de necessidade de aplicação de ficam evidenciadas nesse coeficiente”.

Alguns vieses podem ser apresentados com essa relação, como exemplo, a comparação feita entre valor adicionado e ativo total levam em conta o valor do ativo que está mensurado na contabilidade, ou seja, o valor do capital humano, que é um dos principais fatores da geração do Valor Adicionado não é reconhecido como ativo e sim como uma despesa operacional.

2.2.5.3 Quociente entre Valor Adicionado do ano corrente com o anterior

Ao se confrontar dados de dois ou mais períodos busca-se como resultado um acréscimo ou decréscimo do nível de atividade econômica da empresa. Exemplo disso, quando ocorre a comparação entre preços de exercícios diferentes.

Para Santos (2007, p.228), devem-se tomar algumas precauções com

esse quociente, pois o crescimento do valor adicionado, do ponto de vista macroeconômico, é sempre desejável, mais isso pode não significar aumento da riqueza para os acionistas ou os empregados; pode, simplesmente, representar um acréscimo que deverá ser repassado na forma de impostos, por exemplo.

Com essa ferramenta é possível avaliar a evolução do valor agregado, gerada por essa relação, proporciona condições de buscar os esclarecimentos para entender o que ocorreu com a atividade da empresa nos anos estudados.

2.2.5.4 Relação entre gastos com pessoal e Valor Adicionado

A correta análise desse indicador auxilia na solução de discussões entre os sindicatos dos trabalhadores e os empregadores. Comentando sobre esse tocante, Santos (2007, p.229), escreve que essa informação é de grande utilidade

e pode auxiliar na solução de enormes discussões travadas entre, por exemplo, sindicalistas ou representantes de empregados e seus empregadores ou sindicatos patronais. Esse, instrumento, obviamente, não deve encerrar as discussões, mas seguramente tem muito a contribuir para indicação das soluções entre as partes.

O resultado do quociente dos gastos com pessoal e o valor adicionado demonstra o quanto da riqueza criada pela empresa está sendo endereçada aos seus trabalhadores. Sendo um indicador da utilização e produtividade da mão-de-obra utilizada pelas entidades, podendo ser útil na comparação de diversos setores.

2.2.5.5 Proporção de gastos com impostos e Valor Adicionado

A evidenciação da relação gastos com impostos e Valor Adicionado demonstrará o quanto da riqueza gerada está sendo destinada à fazenda Municipal, Estadual e Federal.

Com o correto cálculo ficará evidente qual a carga tributária a que a empresa está submetida, podendo servir, como por exemplo, para uma tomada de decisão para a instalação de novas filiais, podendo negociar isenções e/ou reduções de impostos em troca das melhorias que trará ao ambiente que se instalará.

Ao comentar sobre o exposto acima, Santos (2007, p.229-230), ratifica

que esse tipo de informação é de grande utilidade para todos os interessados, principalmente, Estado e Proprietários, pois terá a disposição mais um instrumento que auxiliará na tomada de decisões. A decisão no momento da escolha de áreas geográficas, ou setores da economia, que serão beneficiados com privilégios fiscais.

Esse quociente relata a carga tributária das entidades, mas não representa o total de impostos que a empresa recolheu às esferas governamentais, pois no total desses impostos não foram considerados os valores que são retidos na fonte, como por exemplo, IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) dos trabalhadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa seção cumpre o papel de apresentar os resultados e as discussões em torno da Demonstração do Valor Adicionado.

3.1 Considerações iniciais

A globalização vem forçando as corporações a realizarem suas atividades em um ambiente altamente competitivo e complexo, o que faz da informação o alicerce de sustentação nos processos decisórios, tanto do usuário interno, quanto do externo. Em função das necessidades específicas de cada usuário seria memorável gerar informações que atendessem as exigências de cada um.

Como, num primeiro momento, somente os proprietários e o governo teriam interesse em tais informações – o primeiro para o processo de gestão, e o segundo para conhecer os resultados obtidos pelas empresas e fiscalizá-las com base nos registros contábeis de suas atividades, não havia problemas quanto à nítida orientação patrimonialista refletida nestas informações.

Todavia, simultaneamente no desenvolvimento recente da atividade mercantil, em termos econômicos, começaram a surgir novos usuários da informação contábil - financeira, como os credores, os dirigentes não proprietários, os acionistas e os sindicatos, o que demonstra a presença de um grupo importante de agentes econômicos que participa de uma empresa, relacionada com o ambiente que a rodeia.

Não obstante, devido à sua inclinação tradicional por satisfazer demandas de informações de caráter patrimonialista, a Contabilidade não atende totalmente aos interesses desses novos usuários que necessitam de dados que ponham em evidência outros tipos de informe diferentes daqueles contidos nas demonstrações contábeis clássicas.

A utilidade da informação contábil fica comprovada na medida em que ela serve de apoio para a gestão da entidade (contabilidade gerencial) e de instrumento de informação para a sociedade (contabilidade sócio-ambiental), cujo objetivo final é construir novas estruturas contábeis que permitam informar o real significado das entidades dentro de um contexto

amplo que envolva, além dos fatos econômicos e financeiros, também os aspectos sociais e ambientais.

É neste contexto que se manifesta a necessidade de se ter uma demonstração econômico-financeira que propicie informações que resultem compreensíveis e transparentes a qualquer categoria de usuário, independentemente do grau de seus conhecimentos em matéria contábil. Assim, surgiu a Demonstração do Valor Adicionado, que assumiu um papel de demonstração contábil complementar, que visou informar sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervieram na criação de valor para a entidade e o conseqüente rateio.

Todavia, existem diferenças temporais entre os modelos contábil e econômico no cálculo do valor adicionado. A ciência econômica, para cálculo do PIB, baseia-se na produção, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseia-se no regime contábil de competência.

Como os momentos de realização da produção e das vendas são normalmente diferentes, os valores calculados para o PIB por meio dos conceitos oriundos da Economia e os da Contabilidade são naturalmente diferentes em cada período.

Essas diferenças serão tanto menores quanto menores forem as diferenças entre os estoques inicial e final para o período considerado. Em outras palavras, admitindo-se a inexistência de estoques inicial e final, os valores encontrados com a utilização de conceitos econômicos e contábeis convergirão.

A Demonstração do Valor Adicionado deve seguir os Princípios Fundamentais de Contabilidade e pode ser elaborada a partir dos registros efetuados pela contabilidade e a partir das demonstrações tradicionais, em especial, a Demonstração do Resultado do Exercício, mas possui características próprias que não são encontradas nas outras demonstrações contábeis.

As informações contidas na DVA são relevantes para a entidade e para a sociedade, pois a Demonstração do Resultado do Exercício evidencia apenas qual a parcela da riqueza criada que efetivamente permanece na empresa na forma de lucro e as outras demonstrações não são capazes de indicar quanto de valor a entidade está adicionando e nem de que forma os valores adicionados foram distribuídos.

Suas informações podem ser utilizadas como fonte de informação pelos empregados, financiadores de recursos, administradores, governo, sócios ou acionistas, sociedade, sindicalistas, fornecedores e clientes.

3.2 Apresentação da empresa

Com atuação no mercado de tecnologia de comunicação há mais de 16 anos, a XYZ Representação Comercial Ltda. iniciou suas atividades em 1993, na cidade de Santa Maria como pioneira no segmento de telefonia celular para pessoa física. A partir de 1999 agregou a venda de planos empresariais de telefonia móvel, investiu em qualificação permanente e apostou na diversificação em sua área de atuação para crescer, consolidando-se no mercado.

Atualmente, a empresa é composta por uma estrutura de duas filiais, sendo a matriz em Santa Maria e a outra na região serrana do estado do Rio Grande do Sul. As duas lojas voltam-se para a comercialização de planos empresariais de telefonia móvel.

Sua missão é facilitar e deixar mais rápida a comunicação entre as pessoas, suprimindo, solucionando e superando expectativas do cliente interno e externo, através do aperfeiçoamento contínuo das atividades, visando à liderança em serviços de telecomunicações. É, também, proporcionar, por meio da tecnologia de informação, serviços e produtos inovadores que tragam satisfação e felicidade aos clientes.

Os Valores de uma organização estão diretamente associados as suas crenças, aos seus objetivos e à forma como quer se relacionar interna e externamente, com executivos e empregados, fornecedores e clientes, instituições públicas ou privadas e com a sociedade em geral.

A relação de trabalho da empresa com seus profissionais, bem como o exercício de seus direitos e obrigações, baseiam-se na confiança recíproca os quais, com igual nível de prevalência, buscam a atenção para com o cliente, a criação de valor para o proprietário, a consecução dos objetivos empresariais, o bem estar e a dignidade dos empregados e executivos. A entidade destaca como valores: qualidade, confiança, diferenciação, inovação, clareza e simplicidade.

A empresa, em 2007, possuía um Ativo Total de R\$ 1.964.497,26 (um milhão, novecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais com vinte e seis centavos) e um Patrimônio Líquido de R\$ 1.274.963,27 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais com vinte e sete centavos).

No ano de 2008 seu Ativo ficou avaliado em R\$ 2.438.646,87 (dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis com oitenta e sete centavos) e o Patrimônio Líquido em R\$ 2.088.621,52 (dois milhões, oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e um reais com cinquenta e dois centavos).

Durante os períodos estudados, sua forma de tributação foi pelo Lucro Presumido, apurando as contribuições ao Programa de Incentivo Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social pelo regime de incidência cumulativo, com alíquotas de 0,65% e 3% respectivamente.

A empresa teve como política, para os anos analisados, a não distribuição dos Lucros gerados.

O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), é devido na prefeitura de sua matriz, com alíquota de 2% (dois por cento). Cabe também mencionar que a folha de pagamento, em 2007, era composta por dezessete funcionários e, em 2008, foram contratados mais três.

Seu quadro social é composto por uma pessoa física que detém 1% (um por cento) do capital e por uma *holding* que é detentora de 99% (noventa e nove por cento) do capital restante.

3.3 Elaboração da Demonstração do Valor Adicionado

A riqueza gerada pela empresa, medida no conceito de valor adicionado é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e o dos bens produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa.

Seu aspecto social e econômico denota que o conceito de valor adicionado envolve aspectos importantes, tais como: índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas; e como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do Governo, dos agentes financiadores e dos acionistas.

O valor adicionado demonstra, ainda, a efetiva contribuição da empresa, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção.

Assim, fica evidente que a Demonstração do Valor Adicionado, que também pode integrar o Balanço Social, constitui-se, desse modo, numa importante fonte de informações à medida que apresenta esse conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho

econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza.

O grupo da receita bruta e outras receitas integram: as vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas, ou seja, o valor correspondente à receita bruta, deduzindo as devoluções, os abatimentos incondicionais e os cancelamentos; as outras receitas decorrentes das atividades afins não-constantas no item anterior, os valores relativos à constituição (reversão) de provisão para créditos duvidosos; os resultados não-decorrentes das atividades-fim, como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizado, investimentos.

Os insumos adquiridos de terceiros expressam: materiais consumidos incluídos no custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos; demais custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, exceto gastos com pessoal próprio, depreciações, amortizações e exaustões; despesas operacionais incorridas com terceiros, tais como: materiais de consumo, telefone, água, serviços de terceiros, energia; valores relativos a perdas de ativos, como perdas na realização de estoques ou investimentos, etc. nesses valores devem estar contidos os impostos, sendo eles recuperáveis ou não.

Os valores adicionados recebidos em transferência de outras entidades correspondem: ao resultado positivo ou negativo de equivalência patrimonial; aos valores registrados como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo; aos valores registrados como receitas financeiras relativos a quaisquer operações com instituições financeiras, entidades do grupo ou terceiros, exceto para entidades financeiras; aos valores registrados como receitas de aluguéis ou *royalties*, quando se tratar de entidade que não tenha como objeto essa atividade.

No grupo de pessoal e encargos devem ser considerados os salários, férias, 13º salário, FGTS, seguro de acidentes de trabalho, assistência médica, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou ao serviço vendido ou ao resultado do período, exceto os encargos com o INSS, Sesi, Sesc, Senai, Senat, Senac e outros assemelhados. Fazem parte desse conjunto, também, os valores representativos de comissões, gratificações, participações, planos privados de aposentadoria e pensão, seguro de vida e acidentes pessoais.

As esferas governamentais, também, recebem valores, os quais foram considerados todos os impostos, taxas e contribuições, inclusive as contribuições devidas ao INSS, Sesi, Sesc, Senai, Senat, Senac e outros assemelhados, Imposto de Renda, Contribuição Social, ISS, CPMF, todos os demais tributos, taxas e contribuições.

Nos valores relativos à ICMS, IPI, Cofins, PIS-Pasep e outros assemelhados devem ser considerados os valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a

diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item "Insumos adquiridos de terceiros".

Como os tributos são, normalmente, contabilizados no resultado como se fossem devidos, e os incentivos fiscais, quando reconhecidos, em conta de Reserva no Patrimônio Líquido, os tributos que não foram pagos em decorrência de incentivos fiscais deverão ser apresentados na Demonstração do Valor Adicionado como item redutor do grupo de tributos.

Para os agentes financiadores foram consideradas, neste componente, as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, entidades do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo os custos e despesas com *leasing*) pagos ou creditados a terceiros.

Em relação aos acionistas, foram incluídos os valores pagos ou creditados aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio ou Dividendos. Os Juros sobre o Capital Próprio apropriado ou transferido para contas de Reservas no Patrimônio Líquido, devem constar no item Lucros Retidos. O lucro que ficar retido na entidade deverá ser indicado neste componente, assim como o resultado positivo do período destinado às Reservas de Lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

Com a atual ênfase para o lado social das organizações, onde a busca para se conhecer os benefícios ou malefícios que as entidades proporcionam no local onde estão inseridas, o caminho ficou mais claro para a Demonstração do Valor Adicionado, pois é considerada como uma das formas mais eficazes para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração assim como de distribuição da riqueza de qualquer entidade.

Para sua elaboração, foram levados em conta os dados extraídos da contabilidade, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade. Seu principal alicerce foi a Demonstração do Resultado do Exercício. Entretanto, ocupou-se também de informações dos outros demonstrativos tradicionais da contabilidade como, por exemplo, o Balanço Patrimonial.

Os anos de 2007 e 2008 serviram como balizadores para o referido estudo se desenvolver. Para se chegar ao valor adicionado da empresa XYZ Representação Comercial Ltda. foi tomado o total das vendas como base de mensuração do valor agregado. A Demonstração do Resultado do Exercício que serviu de base da elaboração à DVA está representada no Quadro 3.

| XYZ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA | | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| CNPJ Nº. 00.000.000/0001-00 | | |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | | |
| Exercícios findos em 2007 e 2008 | | |
| | Acumulado 2007 | Acumulado 2008 |
| Receita Bruta de Vendas | 4.127.792,84 | 4.892.618,83 |
| Prestação de Serviços | 4.127.792,84 | 4.892.618,83 |
| Dedução das Vendas | (233.428,79) | (276.718,88) |
| Impostos e Contribuições Sobre as Vendas | (233.428,79) | (276.718,88) |
| Receita Líquida | 3.894.364,05 | 4.615.899,95 |
| | | |
| Lucro Bruto | 3.894.364,05 | 4.615.899,95 |
| | | |
| Despesas/Receitas Operacionais | (2.062.855,55) | (2.686.144,88) |
| Despesas com Vendas | (102.320,09) | (286.237,04) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (1.981.132,56) | (2.420.463,63) |
| Despesas Financeiras | (19.473,59) | (5.465,71) |
| Receitas Financeiras | 40.070,69 | 26.021,50 |
| Resultado Operacional | 1.831.508,50 | 1.929.755,07 |
| | | |
| Resultado antes das Provisões Tributárias | 1.831.508,50 | 1.929.755,07 |
| Provisão para Imposto de Renda | (119.321,43) | (265.092,30) |
| Provisão para Contribuição Social | (311.448,42) | (250.033,64) |
| | | |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 1.400.738,65 | 1.414.629,13 |

Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício

Fonte: XYZ Representação Comercial Ltda.

Para se responder a um dos objetivos específicos dessa pesquisa, que reside na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado da empresa “XYZ Representação Comercial Ltda.”, foram efetuados todos os cálculos necessários para se chegar aos valores das contas que compõem a DVA, apresentada no Quadro 4.

| XYZ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA | | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| CNPJ Nº. 00.000.000/0001-00 | | |
| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Exercícios de 2007 e 2008 | | |
| | Acumulado 2007 | Acumulado 2008 |
| 1 - RECEITAS | 4.132.692,80 | 4.892.751,62 |
| 1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 4.127.792,84 | 4.892.618,83 |
| 1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / Constituição | 4.899,96 | 132,79 |
| 2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | 1.172.149,26 | 1.465.582,68 |
| 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 1.172.149,26 | 1.465.582,68 |
| 3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2) | 2.960.543,54 | 3.427.168,94 |
| 4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | 76.338,58 | 0,00 |
| 5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4) | 2.884.204,96 | 3.427.168,94 |
| 6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFÊRENCIA | 40.070,69 | 30.338,92 |
| 6.2) Receitas financeiras | 40.070,69 | 26.021,50 |
| 7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6) | 2.924.275,65 | 3.453.190,44 |
| 8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 2.924.275,65 | 3.453.190,44 |
| 8.1) Pessoal | 687.528,07 | 896.194,65 |
| 8.1.1 - Remuneração direta | 554.447,50 | 592.382,16 |
| 8.1.2 - Benefícios | 87.711,98 | 243.214,93 |
| 8.1.3 - F.G.T.S | 45.368,59 | 56.280,14 |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições | 737.643,76 | 1.029.036,34 |
| 8.2.1 - Federais | 630.885,53 | 847.258,01 |
| 8.2.2 - Estaduais | 22.585,51 | 29.958,73 |
| 8.2.3 - Municipais | 84.172,72 | 151.819,60 |
| 8.3) Remuneração de capitais de terceiros | 98.365,17 | 117.647,74 |
| 8.3.1 - Juros | 1.654,71 | 4.211,53 |
| 8.3.2 - Aluguéis | 93.169,57 | 107.870,22 |
| 8.3.3 - Outras | 3.540,89 | 5.565,99 |
| 8.4) Remuneração de Capitais Próprios | 1.400.738,65 | 1.414.629,13 |
| 8.4.3 - Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício | 1.400.738,65 | 1.414.629,13 |

Quadro 4 – Demonstração do Valor Adicionado

Os dados que compuseram a receita na DVA foram considerados no seu valor bruto, onde a forma de auferição foi à prestação de serviço. Esse dado é exatamente igual à Receita Bruta de Vendas da DRE. A reversão da Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa está mensurada junto com as despesas com vendas, sendo que no ano de 2007 foram revertidos R\$ 4.899,96 (quatro mil oitocentos e noventa e nove reais com noventa e seis centavos) e em 2008 R\$ 132,79 (cento e trinta e dois reais com setenta centavos).

Na composição de Insumos Adquiridos de Terceiros (Materiais, energia, serviços de terceiros e outros) na DVA, os valores, em sua maioria, foram extraídos das Despesas Gerais e Administrativas e as demais de Despesas com Vendas. O valor destacado em 2007 na DVA a título de Amortizações ficou avaliado em R\$ 76.338,58 (setenta e seis mil trezentos e trinta e oito reais com cinqüenta e oito centavos). Na DRE tal valor agrega as Despesas Gerais e Administrativas e correspondia a uma dívida que a empresa possuía, sendo totalmente amortizada no primeiro ano.

Os Valores Adicionados Recebidos em Transferência correspondem às receitas financeiras auferidas pela entidade nos exercícios estudados. Em 2007, destaca-se o rendimento da aplicação financeira avaliado em R\$ 36.588,50 (trinta e seis mil quinhentos e oitenta e oito reais com cinqüenta centavos), sendo que o restante foi distribuído entre juros recebidos e descontos obtidos nas transações comerciais. No ano de 2008, o resultado positivo da aplicação financeira ficou em R\$ 19.321,72 (dezenove mil trezentos e vinte e um reais com setenta e dois centavos), sendo que o restante foi dividido da forma praticada no exercício de 2007.

A partir dos valores apresentados foi possível chegar a um Valor Adicionado Total (VAT) a distribuir, em 2007, de R\$ 2.924.275,65 (dois milhões novecentos e vinte e quatro mil duzentos e setenta e cinco reais com sessenta e cinco centavos) e, em 2008, o VAT a distribuir de R\$3.457.507,86 (três milhões quatrocentos e cinqüenta e sete mil quinhentos e sete reais com oitenta e seis reais).

A distribuição do Valor Adicionado ocorreu de quatro formas: Pessoal (Remuneração Direta, Benefícios e FGTS); Impostos, Taxas e Contribuições divididas nas três esferas governamentais; Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros Pagos, Aluguéis e Outras); e, Remuneração de Capitais Próprios (Juros sobre o Capital Próprio, dividendos e Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício).

A remuneração direta do trabalhador corresponde aos salários, férias e 13º salário pagos aos trabalhadores nos períodos analisados. Na Demonstração do Resultado do Exercício, esses valores foram publicados junto com as Despesas Gerais e Administrativas e correspondem, em 2007, ao montante de R\$ 687.528,07 (seiscentos e oitenta e sete mil quinhentos e vinte e oito reais com sete centavos) e, em 2008, correspondem a R\$ 896.194,65 (oitocentos e noventa e seis mil cento e noventa e quatro reais com sessenta e cinco centavos). Os benefícios concedidos aos trabalhadores, tais como, alimentação, transporte, assistência médica e odontológica, auxílio creche, etc. também fazem parte da distribuição do Valor Adicionado da XYZ Representação Comercial Ltda. Os valores de R\$ 87.711,98 (oitenta e

sete mil setecentos e onze reais com noventa e oito centavos) e R\$ 243.214,93 (duzentos e quarenta e três mil, duzentos e quatorze reais com noventa e três centavos) correspondem, respectivamente, aos anos analisados. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, na DVA, também fica alocado nesse segmento e em 2007 ficou dimensionado em R\$ 45.368,59 (quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e oito reais com cinquenta e nove centavos) e no período seguinte em R\$ 56.280,14 (cinquenta e seis mil duzentos e oitenta reais com quatorze centavos).

Na seqüência, apuraram-se os Impostos, Taxas e Contribuições nos três entes federativos. O ente Municipal, o Estadual e o Federal, também possuem participação no Valor Adicionado a Distribuir, na parte de Impostos, Taxas e Contribuições. Os valores pertencentes ao Governo Federal estão representados, principalmente pelo INSS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, que no ano de 2007 somaram R\$ 630.885,53 (seiscentos e trinta mil oitocentos e oitenta e cinco reais com cinquenta e três centavos) e em 2008 a cifra ficou em R\$ 847.258,01 (oitocentos e quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e oito reais com um centavo). Como empresa prestadora de serviços de representatividade comercial, a XYZ fica isenta de ICMS, mas devido a sua frota de automóveis deverá recolher ao Estado o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), além de outras taxas e contribuições compulsórias. Foram determinados, nos anos analisados, R\$ 22.585,51 (vinte e dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais com cinquenta e um centavos) e R\$ 29.958,73 (vinte e nove mil novecentos e cinquenta e oito reais com setenta e três centavos), respectivamente. Os Impostos, Taxas e Contribuições pertencentes aos Municípios estão, principalmente, representados pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que formaram um montante de R\$ 84.172,72 em 2007 e em 2008 ficou em R\$ 151.819,60 (cento e cinquenta e um mil oitocentos e dezenove reais com sessenta centavos). Cabe destacar que os impostos redutores da receita de venda são representados pelo ISSQN, PIS e COFINS. Para o IRPJ e a CSLL, são realizadas provisões e, os demais impostos, taxas e contribuições, estão distribuídos na DRE nos segmentos de Despesas Gerais e Administrativas e em Despesas Financeiras.

A distribuição do Valor Adicionado também foi direcionada a remunerar Capitais de Terceiros sendo composto por juros pagos, aluguéis e outras. No ano de 2007 a XYZ pagou de juros um montante R\$ 1.654,71 (um mil seiscentos e cinquenta e quatro reais com setenta e um centavos) e em 2008 o equivalente a R\$ 4.211,53 (quatro mil duzentos e onze reais com cinquenta e três centavos). Os aluguéis pagos correspondem aos imóveis onde se localizam as duas lojas e, também, a alguns equipamentos como, por exemplo, máquinas de cartões de

crédito e ficaram avaliados em R\$ 93.169,57 (noventa e três mil cento e sessenta e nove reais com cinquenta e sete centavos) e em R\$ 107.870,22 (cento e sete mil oitocentos e setenta reais com vinte e dois centavos), nos anos estudados, respectivamente. Os valores apurados e classificados em Outras correspondem ao uso da marca a qual ela representa comercialmente, ficando avaliados, no primeiro ano de estudo em R\$ 3.540,89 (três mil quinhentos e quarenta reais com oitenta e nove centavos) e, no segundo ano, em R\$ 5.565,99 (cinco mil quinhentos e sessenta e cinco reais com noventa e nove centavos).

Para remunerar o capital próprio investido na entidade, existem três formas: os juros sobre o capital próprio, dividendos e lucros retidos ou prejuízo do exercício. A empresa optou pela retenção dos lucros nos exercícios em questão, sem destinação específica. O valor retido em 2007 foi de R\$ 1.400.738,65 (um milhão quatrocentos mil setecentos e trinta e oito reais com sessenta e cinco centavos) e em 2008 foi de R\$ 1.414.629,13 (um milhão quatrocentos e quatorze mil seiscentos e vinte e nove reais com treze centavos), conforme também evidenciados na Demonstração do Resultado do Exercício, apresentado no Quadro 3.

3.4 Análise gerencial das informações constantes na Demonstração do Valor Adicionado

A Contabilidade sendo uma ciência que estuda a riqueza das células sociais constitui-se na área do conhecimento capaz de diagnosticar e comunicar os impactos que as entidades econômicas causam aos seus entornos: internos e externos, uma vez que, quase todas as decisões administrativas promovem influências, imediata ou *a posteriori*, que geram fatos patrimoniais.

A utilidade da informação contábil é comprovada na medida em que ela serve de apoio para a gestão da entidade e de instrumento de informação para a sociedade, cujo objetivo final é construir novas estruturas contábeis que permitam informar o real significado das entidades dentro de um contexto amplo que envolva, além dos fatos econômicos e financeiros, também os aspectos sociais e ambientais.

Surge a necessidade de se distinguir entre o que corresponde à própria gestão empresarial interna e o que afeta fundamentalmente as relações da empresa com o seu entorno, sem, no entanto, esquecer a interdependência existente entre ambas as magnitudes.

Ao longo das últimas décadas, a informação contábil vem passando por transformações em sua forma final, para atender às características determinantes da evolução

empresarial. As novas necessidades da sociedade moderna puseram em evidência a ineficiência do sistema tradicional de informação contábil (em alguns aspectos), cujo enfoque, essencialmente dirigido para o desempenho econômico e o aspecto fiscal, não possibilita a introdução de dados de caráter social e ambiental, que hoje se fazem necessários devido às mudanças conjunturais.

Por isso, é necessário disponibilizar aos distintos usuários informações eficazes para seus processos de tomada de decisão. Logo, a informação contábil deve estar cada vez mais orientada para satisfazer múltiplos e diferentes objetivos e fornecer os dados necessários e corretos para cada situação concreta. Isso fará com que a Contabilidade caminhe na direção de um sistema contábil estruturado numa visão multidimensional que propicie indistintamente a satisfação das necessidades presentes e futuras de todos os usuários que têm interesses na informação contábil.

Neste novo cenário, a informação do valor adicionado marca um importante avanço, pois vem contribuir para o auxílio à tradução da intervenção da entidade no processo econômico seqüencial no âmbito de um determinado sistema econômico, permite a obtenção de informações sobre a geração e a distribuição de riqueza para a empresa e a sociedade onde ela está inserida, e também é importante no campo macroeconômico, como gerador de subsídios para medir, calcular e analisar a produção e a riqueza de uma economia, em qualquer magnitude.

Efetivamente, a DVA como demonstração oriunda do sistema de informações contábeis configura-se em importante ferramenta de análise e avaliação das atividades celulares e de suas repercussões nos ambientes sociais, já que por meio deste informe é possível acompanhar a parcela da riqueza gerada e aplicada, isto em termos monetários, percentuais e/ou por indicadores.

As informações constantes da DVA servem como base para a realização de análises contábeis que podem identificar a relação da entidade tanto com os agentes internos (empregados, administradores, proprietários, acionistas, etc.), como com os agentes externos (governos, sindicatos, financiadores, credores, etc.).

As análises efetuadas com base nas demonstrações financeiras consideram as avaliações patrimoniais, econômicas e financeiras. Já a Demonstração do Valor Adicionado representa uma ferramenta de análise que poderá ser utilizada por todos os que pretendem entender melhor as relações da empresa. A contabilidade nacional já se utiliza desse instrumento, que a partir de agora poderá ser utilizado como forma de individualizar a participação de cada empresa dentro da formação e distribuição da riqueza.

A utilização da DVA, no conjunto de informações produzidas pelas empresas, poderá dar condições de comparação entre grandezas econômicas que, antes, apenas com base nas demonstrações contábeis tradicionais, não era possível.

Como uma das principais técnicas, a comparação entre dados das demonstrações contábeis, que também é conhecida como análise por quocientes, foi utilizada para análise dos componentes da Demonstração do Valor Adicionado.

A Figura 1 demonstra como o Valor Adicionado foi distribuído durante os exercícios analisados.

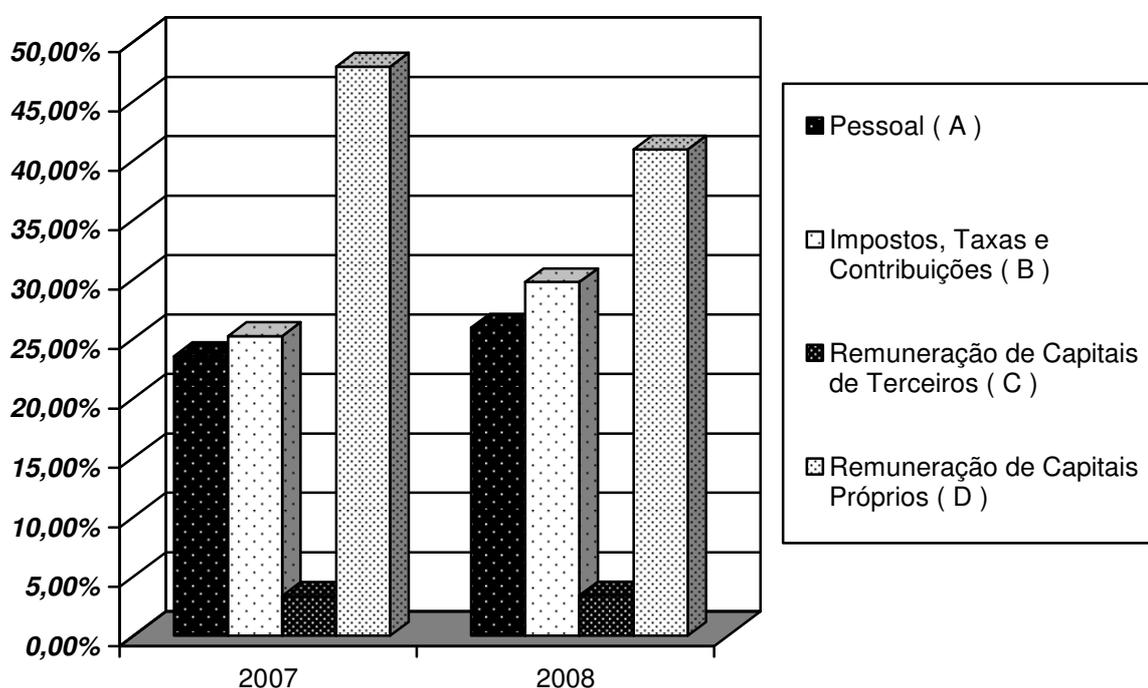


Figura 1 – Distribuição do Valor Adicionado em 2007 e 2008.

Na ponderação da geração do Valor Adicionado de 2007 para 2008, verificou-se que houve evolução de 18,23%, tendo como resultado o acréscimo de sua atividade na prestação de serviços, bem como maior distribuição de riquezas. Essa evolução pode ser explicada pelo que as receitas evoluíram em 18,39%, os insumos adquiridos de terceiros cresceram em 23,03% e as receitas financeiras sofreram um decréscimo de 24,29% nos referidos períodos.

Após a elaboração da DVA, verificou-se que a maior parte do Valor Adicionado a Distribuir fica retida na própria empresa em estudo. Mesmo o lucro retido tendo aumentado em 0,99% em relação ao Valor Adicionado a Distribuir de um ano para o outro, a sua

participação diminuiu no ano de 2008 devido ao aumento da participação dos outros itens participantes da distribuição da riqueza gerada.

Os gastos com Impostos, Taxas e Contribuições, correspondem ao segundo item de maior significância na distribuição do Valor Adicionado. Ficando evidente que a carga tributária sobre as empresas residentes nesse país é extremamente alta, sendo que os gastos com os governos são maiores do que com os colaboradores, conforme análise efetuada na DVA da empresa XYZ. Ao se fazer o quociente entre os gastos com impostos e o valor adicionado notou-se que em 2007 a empresa destinou 25,22% do seu Valor Adicionado para os entes federativos e em 2008 houve incremento dessa carga tributária, devido, principalmente, ao aumento do faturamento para 29,76%, ou seja, a participação desse item na distribuição da riqueza gerada aumentou em 39,50%.

O Governo Federal diminuiu sua participação na participação da distribuição dos impostos, ou seja, ao passo que a arrecadação feita aos seus cofres tenha aumentado a sua participação em relação ao total de impostos arrecadados caiu, visto que num primeiro momento representava 85,53% e passou para 82,34% no próximo período.

A referida análise é válida para os impostos, taxas e contribuições de competência Estadual, visto que sua representatividade, com relação ao total desse grupo, era, em 2007, de 3,06% e houve uma queda para 2,91% no ano seguinte.

Ao contrário do ocorrido com os outros entes federativos, o ente Municipal passou a ter maior participação na arrecadação dos tributos, tanto na relação com o Valor Adicionado a distribuir, que em 2007 representou 2,88% e em 2008 passou para 4,39%, como na comparação do somatório desses valores, visto sua contribuição passou de 11,41% para 14,75%, nesse período de anos analisados.

Observa-se que uma das vantagens da informação gerada pela DVA em relação à DRE é que se pode mensurar e visualizar qual das esferas governamentais recebeu a maior parte dos impostos, taxas e contribuições pagas pela empresa XYZ Representação Comercial Ltda. Sendo que na Demonstração do Resultado do Exercício, só é possível efetuar análises pelo total dos impostos, sem esse nível de detalhamento.

Na figura 2, ilustra a forma de distribuição dos valores apresentados, entre o Governo Federal, o Estado e o Município. Para se chegar aos valores expostos foi levando em consideração a participação de cada esfera governamental com o total distribuído desse subgrupo, da Demonstração do Valor Adicionado.

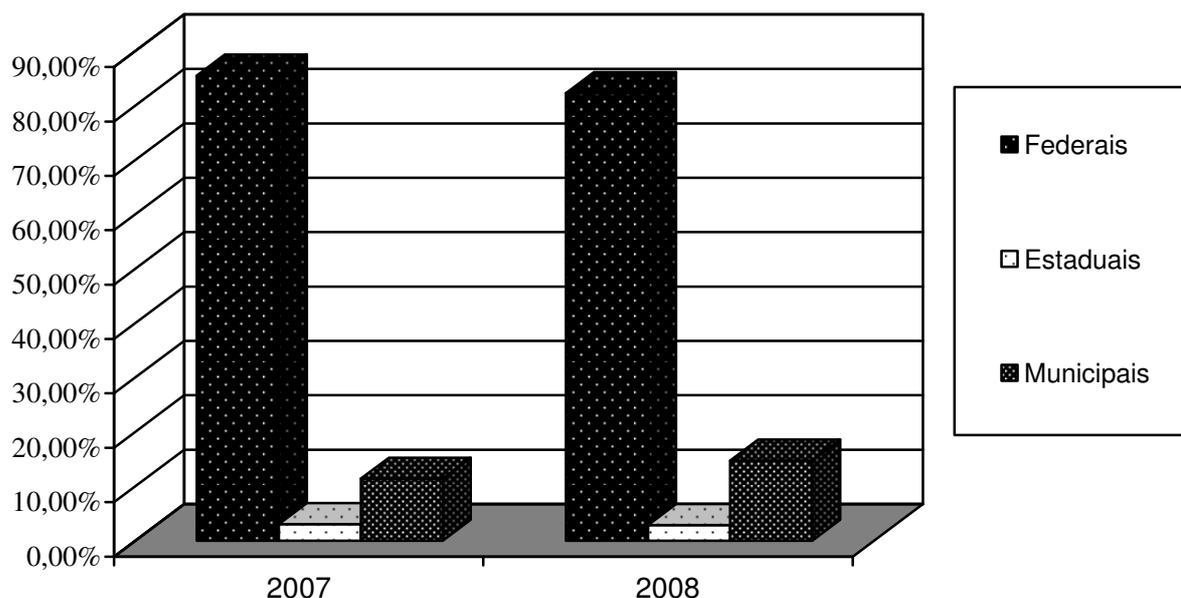


Figura 2 – Distribuição dos Impostos, Taxas e Contribuições nos exercícios de 2007 e 2008.

Uma das principais vantagens proporcionadas pelas informações obtidas através da utilização da Demonstração do Valor Adicionado é a possibilidade de se obter no mesmo item os valores relativos aos gastos com pessoal, remuneração e seus respectivos encargos. Essa segregação não é passível de ser encontrada na DRE, visto que, de modo geral, tais despesas são apresentadas juntamente com outras despesas operacionais. Ao se consolidar todos os gastos com pessoal, remuneração, encargos e benefícios, a DVA passa a oferecer informações, indisponíveis em qualquer outra demonstração contábil, pois possibilitam avaliações comparativas e com isso passa a ser possível conhecer o quanto de riqueza criada pela empresa está sendo distribuída a um dos seus principais fatores de produção, ou seja, o trabalho.

Ao avaliar a DVA dos anos estudados, notou-se certa evolução nos benefícios concedidos aos trabalhadores, conforme ilustra a Figura 3. No período de 2007 a fatia do Valor Adicionado que pertencia aos empregados era de 23,51% e em 2008 ela passa a ser de 25,92%, o que significou uma elevação no período de 30,35%. O aumento dos benefícios aos colaboradores foi o mais expressivo, pois cresceu 177,29%, ou seja, em 2007 ele representava somente 3% do Valor Adicionado a distribuir e passou, em 2008, a representar 7,03%. O FGTS teve aumento de 24,05%, pois no primeiro ano possuía uma representatividade na distribuição do Valor Adicionado de 1,55% e em 2008 passou a ser de 1,63%. A remuneração

direta teve uma elevação de 7,62% mas a sua participação na distribuição da riqueza, que em 2007 era de 18,96%, baixou para 17,26%.

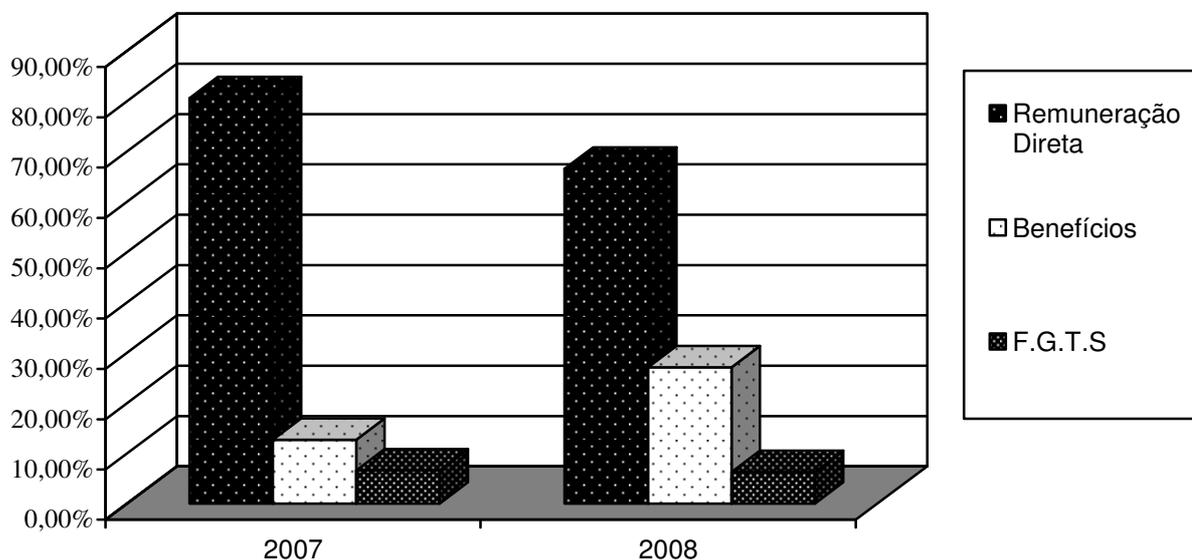


Figura 3 – Evolução dos benefícios concedidos os trabalhadores

Ao se analisar o quociente entre Valor Adicionado e número de funcionários, buscou-se verificar quanto cada funcionário produziu de riqueza para a empresa, com isso no ano de 2007 os funcionários produziram R\$ 172.016,21 (cento e setenta e dois mil dezesseis reais com vinte e um centavos) e em 2008 o valor ficou estimado em R\$ 172.875,39 (cento e setenta e dois mil oitocentos e setenta e cinco reais com trinta e nove centavos), tendo acréscimo de 0,5% no decurso dos períodos.

No tocante à Remuneração dos Capitais de Terceiros, houve acréscimo de sua participação de um ano para o outro de 19,60%. O fato se explica, pois em 2007 seus valores representavam 3,36% do Valor Adicionado gerado pela empresa, divididos em: 0,06% para Juros Pagos, 3,19% Aluguéis e 0,12% para Outras e em 2008 passou para 3,40% segmentados da seguinte forma: 0,12% para Juros Pagos, 3,12% Aluguéis e 0,16% para Outras, conforme ilustra a Figura 4. Como se percebe, na DVA, esses valores podem sofrer análises isoladas, pois ela fornece os dados separados, diferentemente da DRE, que condensa essas informações em grupos, tais como, despesas gerais e no grupo de resultado financeiro, como despesa com juros.

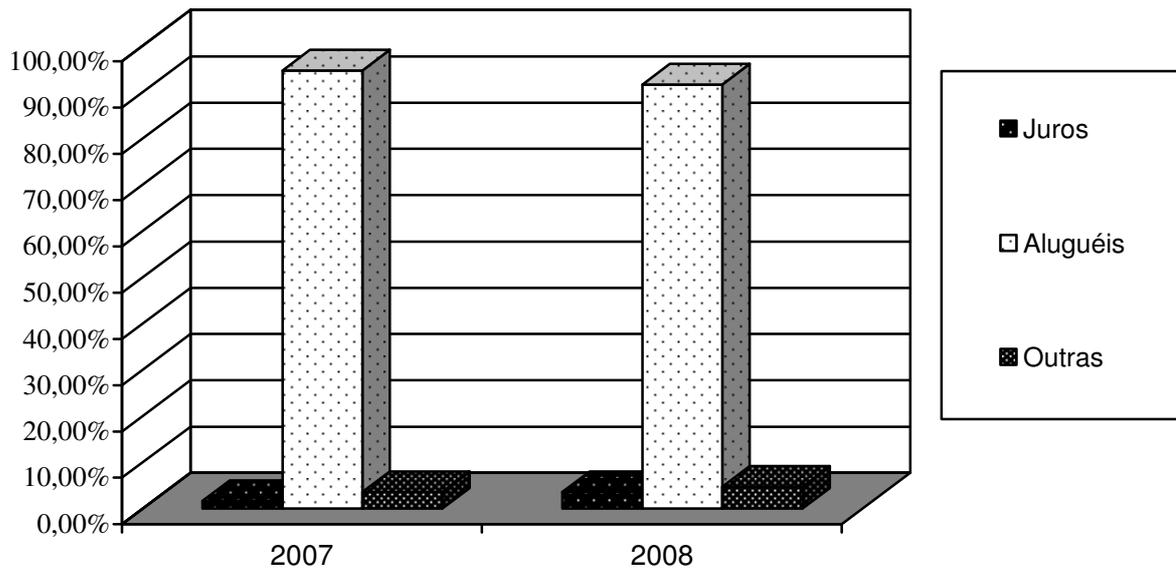


Figura 4 – Distribuição do Capital de Terceiros

Ao se efetuar o quociente entre Valor Adicionado e o Faturamento, buscou-se saber quanto cada unidade monetária vendida foi transformada em riqueza pela empresa em questão. Na medida em que seu faturamento cresceu em 18,39%, a sua transformação não acompanhou essa evolução, visto que em 2007 a taxa foi de 70,84% e no período seguinte de 70,67%, ocorrendo uma queda de 0,24%, isso se deve ao decréscimo na arrecadação das receitas financeiras.

Para se analisar o volume de capitais aplicados na obtenção das riquezas geradas se faz necessário executar a divisão entre Ativo Total e o Valor Adicionado. A empresa “XYZ Representações Comerciais Ltda.” não apresenta em seu Ativo, valores correspondentes em Imobilizados em construção e, da mesma forma, investimentos em outras sociedades. Com essa relação ficou constatado que em 2007 para cada R\$ 100, 00 (cem reais) de ativo foi gerado de riqueza R\$ 48,86 (quarenta e oito reais com oitenta e seis centavos) e em 2008 foi gerado de riqueza R\$ 41,78 (quarenta e um reais com setenta e oito centavos). O decréscimo na obtenção de riquezas em relação ao capital aplicado é justificado pelo fato do Ativo evoluir de um período para o outro, em 24,16% e o Valor Adicionado aumentar em 18,23% no mesmo período.

4 CONCLUSÃO

A contabilidade tem por finalidade contribuir para o processo decisório dos usuários das suas informações, ao passo que as demonstrações representam seu produto final, devendo, portanto, demonstrar a forma mais correta possível à realidade financeira, econômica e social das entidades, com isso a Demonstração do Valor Adicionado se perfila como um relatório de grande utilidade dentro desse novo contexto sócio – econômico, atendendo aos mais diversos interessados e usuários dessa ciência.

O principal objetivo do presente estudo baseou-se na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado. Também, analisou-se e discutiu-se a utilidade das informações extraídas da DVA da empresa XYZ Representação Comercial Ltda., em relação à DRE.

Além de trazer essa inovação, a referida lei contemplou outras áreas da contabilidade, entre as quais, a segregação da contabilidade fiscal da societária, procurou padronizar a contabilidade brasileira com a internacional, novos métodos de Equivalência Patrimonial, substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa, entre outras.

No decorrer do estudo a Demonstração do Resultado do Exercício foi a principal fonte para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado para a entidade. No entanto, cabe ressaltar que foi necessário recorrer aos dados contábeis controlados e reconhecidos pela Contabilidade Financeira para a elaboração da DVA da empresa.

As análises realizadas serviram como ponto e partido, para se compreender a importância a nível informativo e gerencial da DVA. Com isso se tentou mostrar que seus dados poderiam ser mais bem explorados e contribuir mais para análises externas e internas dos usuários, assim como servir de parâmetros para o estabelecimento de estratégias organizacionais e/ou setoriais.

Com os julgamentos dos resultados, verificou-se que a empresa em estudo contribuiu de forma positiva, visto que o aumento na geração do Valor Adicionado ocasionou, também, uma maior distribuição da riqueza para a área de abrangência de suas instalações.

A maior parte da riqueza gerada ficou retida com os sócios para futuros reinvestimentos na entidade. Após isso, como era de se esperar, os Governos ficaram com a segunda maior parte do Valor Adicionado gerado, demonstrando assim a carga abusiva de impostos que recai sobre as empresas instaladas no país. Ficando como sugestão, busca por cidades, onde haja incentivos fiscais para a sua instalação ou que parte de seus tributos,

principalmente o ISSQN, sejam destinados para atividades culturais que envolvam a população que se encontra ao seu redor.

Os trabalhadores tomam conta da terceira parte da riqueza gerada, sendo de suma importância, pois eles podem ser responsáveis por uma expressiva quantidade de geração de riqueza.

Com relação à Remuneração de Capitais de Terceiros, tendo como principal item os aluguéis, fica a sugestão da aquisição, principalmente, dos imóveis onde a matriz e a filial estão instaladas, visto que houve o aumento desse dispêndio, mesmo que em contrapartida sua participação na geração da riqueza tenha diminuído.

A apreciação da Demonstração do Valor Adicionado, por meio de quocientes, levou a resultados que comprovam o referido demonstrativo como grande fonte de informações para tomada de decisões no âmbito gerencial, pois foi possível analisar de forma mais discriminada que nos demais demonstrativos contábeis, os diversos favorecidos com a distribuição da riqueza gerada em relação a alguns fatores. Um desses fatores analisados foi o faturamento, visto que sua relação com o Valor Adicionado, declinou devido à baixa acentuada na arrecadação de receitas financeiras.

Da mesma forma, foi apurado o quociente do Ativo Total com a Riqueza gerada que acarretou diminuição no volume de capital aplicado para obtenção de riquezas, em face disso, a entidade teve evolução nos seus Bens e Direitos.

Por conseguinte, faz-se necessário destacar que a redução ou a ampliação da participação de grupos de agentes decorre de fatores internos tais como: políticas e/ou estratégias organizacionais e fatores externos como, por exemplo, os avanços tecnológicos que influem na atividade econômica. No entanto, está análise pode ser mais bem visualizada a partir da Demonstração do Valor Adicionado, que, por sua configuração, apresenta os resultados organizacionais sob uma ótica mais abrangente, onde se demonstra a riqueza criada por uma companhia e o seu reparto entre os agentes econômicos que contribuíram para tal. Fato que amplia sua utilidade para uma gama maior de usuários, enquanto que a DRE relata o resultado a partir de uma visão restrita do capital. Todavia, ambas as demonstrações não são excludentes e, sim, complementarias, pois permitem a visualização da riqueza de perspectivas distintas.

Outro fato importante é que as empresas não obrigadas a sua divulgação perante a Lei 11.638/07, façam a evidenciação de forma complementar as demais demonstrações contábeis exigidas pela legislação brasileira, para melhor esclarecer os usuários externos e internos das informações da contabilidade, pois esta demonstra o efetivo destino dos resultados.

Espera-se oportunamente maior aprofundamento dos estudos e uma maior quantidade de empresas divulgando a Demonstração do Valor Adicionado, haja visto sua utilidade para o processo de tomada de decisão dentro da realidade atual das empresas.

5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARNOSTI, José Carlos Melchior – Balanço Social: Em Busca da Empresa Cidadã, Dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica da UNIFECAP, apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade Goiânia-GO, 2000.

BRASIL, Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera a lei das sociedades por ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2009.

BRASIL. Lei n. 6.404 de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial da União. República Federativa do Brasil. Brasília, 15 de setembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 13 mar. 2009.

BRAGA, HUGO ROCHA. Mudanças Contábeis na Lei Societária. São Paulo: Atlas, 2008

CARNIER, THEO. Balanços ainda mais transparentes. 3 p. Disponível em : <<http://www.bovespa.com.br/InstSites/RevistaBovespa/105/Balancos.shtml>>. Acesso em: 10 de março de 2009.

CARVALHO, NELSON et al. Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS (Brasil). Parecer de orientação nº 24 de 15 de janeiro de 1992. Procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e respectivos auditores independentes aplicáveis às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1991. Publicado no DOU de 17.01.92. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/indexpo.asp>>. Acesso em: 10 de maio de 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). Comunicado ao Mercado. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br/pdf/ComunicadoCVM_16012008.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). Pronunciamento Técnico CPC-02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/noticias50.htm>>. Acesso em: 10 de maio. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). Pronunciamento Técnico CPC-09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o de regular a apresentação dessa nova demonstração contábil, exigida a partir da aprovação da Lei n.º 11.638/2007, que introduziu o item “V” no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, de n.º 6.404/76. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/noticias69.htm>>. Acesso em: 10 de maio. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia. Brasília, CFC, 2003.

COSENZA, José Paulo – A Eficácia Informativa da Demonstração do Valor Adicionado, Artigo publicado na Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, Edição comemorativa, p.7, 2003.

DE LUCA, MÁRCIA MARTINS MENDES. A contribuição da demonstração do valor adicionado no processo de mensuração do PIB e em algumas análises macroeconômicas. Tese de doutoramento - Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 1996.

DE LUCA, MÁRCIA MARTINS MENDES. Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DE LUCA, MÁRCIA MARTINS MENDES. Responsabilidade Social: um diferencial competitivo para as empresas. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília-DF. Nº. 152, março/abril 2005, pp. 25 a 34.

FIPECAFI, Manual de Contabilidade das Sociedades por ações - Suplemento. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FIPECAFI, Manual de Contabilidade das Sociedades por ações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBRACON, Normas internacionais de contabilidade. São Paulo: IBRACON, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, CÉSAR EDUARDO STEVENS. A demonstração do valor adicionado – DVA. Disponível em: <http://www.contabiltec.com.br/artigos_cesar5.htm>. Acesso em 01 março de 2009.

MDT/Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses. 6. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

RIBEIRO, M. DE SOUZA E MARTINS, ELISEU. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilidade no desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Caderno de Estudos da Fipecafi/ FEA/ USP. São Paulo, outubro de 1993.

RICARTE, JÁDSON GONÇALVES. Demonstração do Valor Adicionado. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v.4, n.10, p.49-69, dez.2004/ mar.2005.

ROSSETTI, José Paschoal. Contabilidade Social. 7^a.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SANTOS, ARIIVALDO DOS. Demonstração contábil do valor adicionado- DVA- Um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. Tese de Livre Docência – Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 1999.

SANTOS, ARIIVALDO DOS. Demonstração do valor adicionado – como elaborar e analisar a DVA 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TELES, EGBERTO LUCENA. A demonstração do fluxo de caixa como forma de enriquecimento das demonstrações contábeis exigidas por lei. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, v.26, n.105, p.64-71, julho de 1997.

THIESEN, JOÃO ARNO DE OLIVEIRA. A demonstração do fluxo de caixa nas organizações e sua importância como instrumento na tomada de decisão. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n.100, p.8-13, maio de 2000.

TINOCO, JOÃO EDUARDO PRUDÊNCIO. Balanço Social – Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pay_Back>. Acesso em: 3 de maio de 2009.

___ Uma nova demonstração contábil pleiteada no projeto de reforma da Lei das S/A: a do valor adicionado. Temática Contábil e Balanços. Boletim IOB, nº 29, 1997.

___ Demonstração do valor adicionado – Como fazer Temática Contábil e Balanços. Boletim IOB, nº. 48, 1997.

___ Demonstração do valor adicionado – Alguns exemplos reais. Temática Contábil e Balanços. Boletim IOB, nº. 31, 1997.